

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS – CECEN
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE HISTÓRIA

ANGELA BATISTA DOS SANTOS PEREIRA

CIRCUITO ATLÂNTICO DE IMPRESSOS: livros, agentes, leituras e
saberes entre Portugal e o Maranhão (1750 a 1801)

São Luís - MA

2017

ANGELA BATISTA DOS SANTOS PEREIRA

**CIRCUITO ATLÂNTICO DE IMPRESSOS: livros, agentes, leituras e
saberes entre Portugal e o Maranhão (1750 a 1801)**

Monografia apresentada ao Curso de História
da Universidade Estadual do Maranhão como
parte dos requisitos para a obtenção do grau de
Licenciatura Plena em História.

Orientador: Prof. Dr. José Henrique de Paula
Borralho

São Luís - MA

2017

Pereira, Angela Batista dos Santos.

Circuito Atlântico de impressos: livros, agentes, leituras e saberes entre Portugal e o Maranhão (1750 a 1801) / Angela Batista dos Santos Pereira. – São Luís, 2017.

79 f.

Monografia (Graduação) – Curso de História, Universidade Estadual do Maranhão, 2017.

Orientador: Prof. Pós Dr. José Henrique de Paula Borralho

1. Impressos. 2. Circulação. 3. Portugal. 4. Maranhão I. Título

CDU 070:94(469/812.1)''1750/1801''

ANGELA BATISTA DOS SANTOS PEREIRA

**CIRCUITO ATLÂNTICO DE IMPRESSOS: livros, agentes, leituras e
saberes entre Portugal e o Maranhão (1750 a 1801)**

Aprovada em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Dr. José Henrique de Paula Borralho (Orientador)

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Dr^a. Helidacy Maria Muniz Corrêa

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Dr. Marcelo Cheche Galves

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

“A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”.

LE GOFF, Jaques. História e Memória, 1990.

Aos Amores da Minha Vida!!

AGRADECIMENTOS

Agradecer por este momento, que finda e reinicia mais um ciclo da minha vida!

A Jeová pelos ensinamentos e, acima de tudo, por todo o amor que tem demonstrado por todos nós.

À minha querida família, meus amados pais, seu Domingos e Dona Marinalda por tudo que me ensinaram muitos valores. Aos meus irmãos pelo amor e carinho. Eu amo fazer parte dessa “Grande Família”.

Ao meu querido amigo e amor, Felipe Alves, que desde o ensino médio vem me acompanhando nas jornadas da vida, por vezes, me apoiando e/ou questionando as minhas decisões, mas que, apesar de tudo, sempre esteve e está ao meu lado. Obrigada pelos incentivos e por acreditar que eu era e sou capaz...

À minha querida tia-avó e mãe, Dodô, pelos longos momentos de convivências. E pela sempre preocupação, amo muito a senhora!

Aos meus avós, José de Ribamar (*in memorian*), Flaviano Espíndola (*in memorian*), e às minhas duas “vovozitas”, lindas do meu coração dona Tereza e dona Zezé.

À minha segunda mãe, Dona Maria de Jesus, por sempre me tratar como uma filha. E ao Dani que me considerar uma irmãzinha.

À minha amiga, e quase mãe, Antônia. Às minhas quase irmãs Lu e Luana, e à minha pequenina Esther, que hoje já é uma mocinha.

À minha amiga, conselheira Ioneide, ou Ion, como a chamo carinhosamente. A Ivaneide pelas longas conversa e estudos, nunca vou esquecer.

Ao meu amigo e companheiro de trabalho, Anderson Araújo, a sua querida e meiga Nandinha, foi muito bom ter conhecido vocês no TAA.

À turma 2012.2 de História Licenciatura da UEMA. Foram memoráveis momentos de convivências com todos.

Aos amigos mais próximos da UEMA: Mário Augusto, Lilia Batista, Marineide Mendes, Thiago, Jadielson, Jefferson Maciel, Francisco, Mandinha, Helenice e, é claro, para as duas “miguxas”, minha querida Jade e Dri. Foram momentos inesquecíveis!

Jade, obrigada por me assessorar neste trabalho, minha querida amiga, obrigada mesmo. Você foi muito importante para a realização dessa defesa. Dri! Você também me ajudou muito... lembra dos Semics, nas apresentações dos trabalhos, das pesquisas no Arquivo Público,

na Benedito Leite! MOMENTOS, MOMENTOS!! que agora só serão momentos, mas que serão eternizados pela nossa memória.

Agradeço às bibliotecárias Reh, e Lalá pela amizade e conversas, vou sentir saudades!

A todo o corpo docente do curso de História da UEMA, em especial aos professores Fábio Monteiro, suas aulas serão memoráveis, à professora Helidacy e Professor Alan Kardec. Ao professor e mentor Marcelo Cheche Galves pelas breves orientações, mas que me ajudaram bastante, meu primeiro professor de História na Graduação. E que fez com que eu tivesse o desejo de estudar sobre a História dos Livros no Maranhão. Agradeço muitíssimo por todas as conversas sobre o tema da minha pesquisa.

Agradeço por último, o meu querido orientador Henrique ou H, como carinhosamente o chamo. “Teacher”, obrigada pelos conselhos, pela parceria e por, acima de tudo, sua amizade. As discussões sobre teoria, literatura e história, com certeza, fazem parte do meu cotidiano como leitora e pesquisadora.

Enfim, a todos que me ajudaram na trajetória da graduação, que, por ventura, não mencionei. Agradeço de coração a todos!!

Ainda que eu falasse a língua dos homens, e falasse a línguas dos anjos, sem o AMOR, eu nada seria.

RESUMO

Neste trabalho investigo a circulação de impressos em São Luís, entre o final do século XVIII e início do XIX, tendo como marco a ascensão de D. José I em 1750, que sinaliza o início de uma política baseada nas ideias das luzes, instituída oficialmente por Pombal, até 1801, quando finaliza o projeto da Calcografia do Arco do Cego (reinado mariano), que concentrava todos os processos de impressos e envios de livros às possessões por parte do governo. Por tema principal, proponho-me a analisar a circulação de impressos em São Luís, buscando afirmar que os circuitos de livros estavam inseridos dentro de uma estratégia política desenvolvida pelo governo português baseado nos “ideais da ilustração”, com a intenção de difundir conhecimentos práticos que ampliassem, ou melhor, potencializassem a exploração dos produtos coloniais, tornando a produção mais rentável. Duas figuras que serão importantes, nesse processo de circulação, é D. Rodrigo de Sousa Coutinho (mentor) e Frei José Mariano da Conceição Veloso (executor). O primeiro, Ministro do Estado e da Marinha, e o segundo, um naturalista que nasceu em Minas Gerais, que possuía uma rede de contatos, possibilitando a sua ascensão dentro dos estamentos reais, ao ponto de assumir a direção do Arco do Cego, um cargo importante dentro das instâncias reais. Outros agentes, que vão dinamizar essa circulação entre o centro e o ultramar, são os governadores das capitânicas, no caso do Maranhão temos D. Fernando António de Noronha, que governou entre os anos de 1792-1798 e D. Diogo de Sousa que geriu de 1798 a 1804. Desta forma, foi determinante o levantamento das tipologias dos assuntos relativos à circulação de impressos nos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) entre os anos de 1750 a 1801, e dos Livros dos Acórdãos da Câmara de São Luís presentes no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), buscando compreender e delinear as especificidades do projeto português em São Luís referente aos impressos, além de observar os acontecimentos e desdobramentos na capitania.

Palavras-chave: Impressos. Circulação. Portugal-Maranhão.

ABSTRACT

In this work I investigate the circulation of prints in São Luís, between the end of the 18th and the beginning of the XIX century, with the rise of D. José I in 1750, signaling the beginning of a policy based on ideas of lights, officially instituted By Pombal, until 1801, when he finished the project of the Calcografia do Arco do Cego (Marian reign), which concentrated all the processes of printing and sending books to the possessions by the government. For the main theme, I propose to analyze the circulation of printed matter in São Luís, trying to affirm that the book circuits were inserted within a political strategy developed by the Portuguese government based on the "ideals of illustration", with the intention of spreading practical knowledge That would increase or even enhance the exploitation of colonial products, making production more profitable. Two figures that will be important in this process of circulation are D. Rodrigo de Sousa Coutinho (mentor) and Br. José Mariano da Conceição Veloso (performer). The first, Minister of State and Navy, and the second, a naturalist born in Minas Gerais, who had a network of contacts, enabling him to ascend within the kings, to the point of assuming the direction of the Arco do Cego, a Important position within the reina. Other agents, who will dynamize this movement between central and overseas, are the governors of the captaincies, in the case of Maranhão we have D. Fernando António de Noronha, who ruled between the years of 1792-1798 and D. Diogo de Sousa who managed From 1798 to 1804. Thus, it was decisive to survey the typologies of subjects related to the circulation of printed matter in the documents of the Overseas Historical Archive (AHU) between 1750 and 1801, and the Books of the Judgments of the Chamber of St. Louis present at Public Archive of the State of Maranhão (APEM), seeking to understand and delineate the specificities of the Portuguese project in São Luís regarding the printed matter, besides observing the events and developments in the captaincy.

Keywords: Printed. Circulation. Portugal-Maranhão.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 01 – Canna Açucareira	12
.....	
Imagem 02 – Alegação Jurídica	41
Imagem 03 – Refutação contra a Alegação Jurídica	44
.....	
Imagem 04 – Memória sobre a plantação do loureiro cinamomo	50
.....	
Imagem 05 – Memória sobre as reformas do alambiques	50
.....	
Imagem 06 – Memória sobre a plantação dos Algodões	64
.....	
Imagem 07 – Memoria sobre a cultura dos Algodoeiros	64
.....	
Gráfico 01 – Correspondências do Arquivo Ultramarino	33
.....	
Gráfico 02 – Arquivo Ultramarino: documentos dos anos de 1798 – 1800	60
.....	

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Livros Recebidos em 1798.....	54
Tabela 02 – Livros Recebidos em 1799.....	55
Tabela 03 – Livros Recebidos em 1800.....	58

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	O ILUMINISMO PORTUGUÊS NO CENTRO E NO ULTRAMAR	16
2.1	Um Português Ilustrado: D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a política livresca na América portuguesa	20
2.2	O Arco do Cego: disseminando os saberes no Império Luso	26
3	“NA BOCA DO ATLÂNTICO”: ideias e impressos nas orlas do maranhão português através da documentação do arquivo ultramarino	31
3.1	Doações de livros em São Luís	33
3.2	Controle sobre ideias e impressos	36
4	CIRCUITO ATLÂNTICO DOS SABERES NO MARANHÃO	47
4.1	Livros, agentes, leituras e produtos ultramarinos	48
4.2	Memórias: “Plantação dos Algodões, e a cultura dos algodoeiros”	61
5	CONCLUSÃO	68
	REFERÊNCIAS	70

1 INTRODUÇÃO

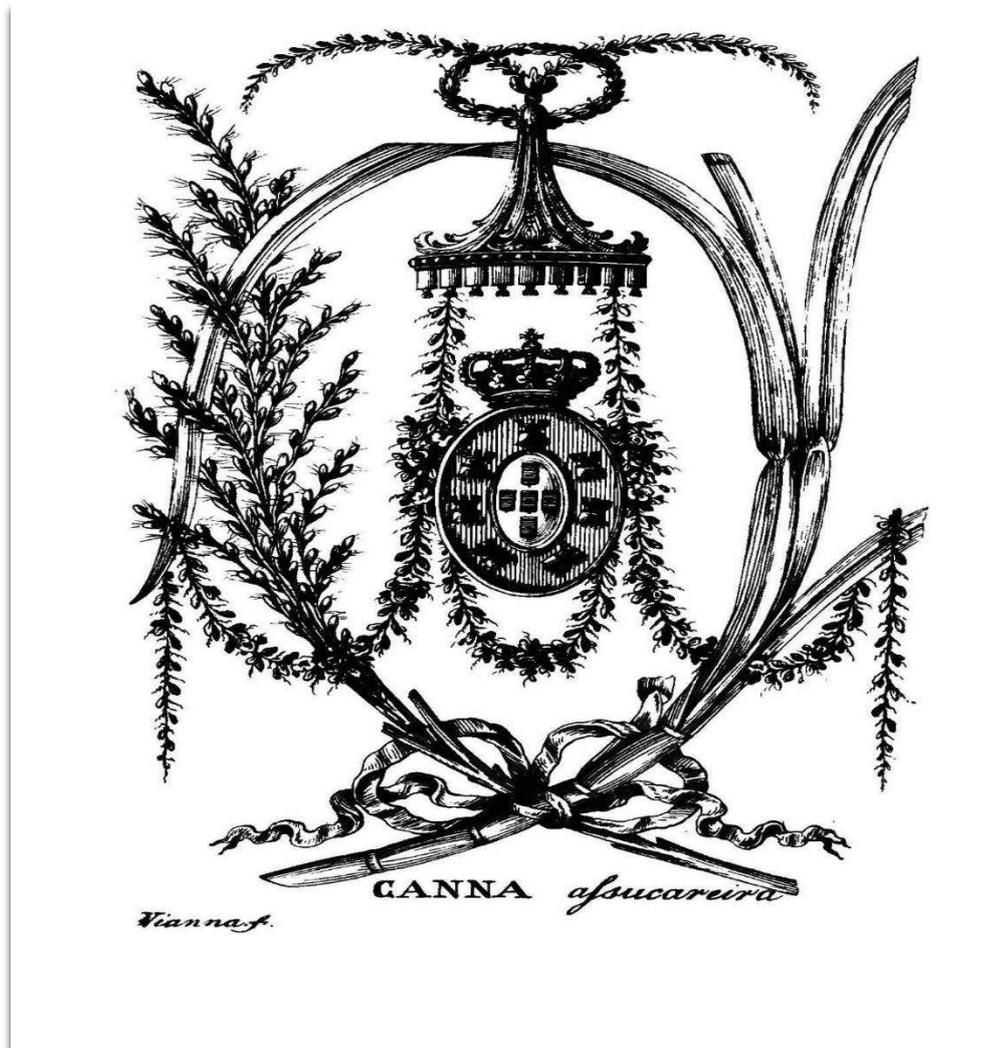


Imagem 1 - *Canna Açucareira*. Fonte: Veloso, 1978b.

Estampada no livro “*O Fazendeiro do Brasil*” tomo I parte 2, de autoria de Frei Mariano da Conceição Veloso, a imagem acima projeta as intenções da coroa portuguesa através do texto impresso. O livro e as imagens norteavam normas, gestos e dizeres, desempenhando um papel fundamental na circulação de modelos culturais (CHARTIER, 2004). No quadro Português, para além dos modelos culturais, o rei tinha a intenção de difundir conhecimentos práticos para os seus vassallos, baseados em ideais iluministas que potencializassem a exploração dos produtos coloniais.

A gravura de Viennat¹ é composta pelo símbolo máximo da coroa portuguesa, o brasão real e a planta *Saccharum officinarum* ou cana-de-açúcar. O açúcar, nesse período, era um dos principais produtos de exportação dos domínios ultramarinos para a metrópole, o que simbolicamente ao ler o livro e observar a gravura teria um grande peso ao leitor. Primeiramente, pelas ornamentações do desenho e, depois, por apresentar o símbolo real entrelaçado com a planta da cana-de-açúcar. Os dois textos, imagético e escrito, contribuiriam para que os vassallos deixassem fluir em suas mentes a interação açúcar e rei, ou seja, que deveriam primar pela matéria-prima do açúcar. O açúcar não só poderia beneficiá-los, mas também ao seu majestoso senhor, o rei de Portugal. A obra o *Fazendeiro do Brasil* fora produzida com a intenção de instruir os reinóis. E nada melhor do que criar uma imagem que demonstrasse essa imbricação.

O escrito impresso, ou mesmo a imagem que vem inserida dentro, expressa o papel que os livros tinham numa sociedade que os via como símbolo de sapiência e de espalhar modelos. A ilustração da cana-de-açúcar, inserida dentro do livro *o fazendeiro do Brasil*, reflete as discussões a seguir nas páginas deste texto, principalmente nos capítulos 2 e 3.

O processo que envolvia a produção do texto impresso, que vai desde o impressor até o mercador, envolve toda uma tessitura de eventos que nos ajudam a tentar compreender a isenção desses livros dentro da sociedade da época. O poder representado pelos livros, as formas de leitura e, mesmo, os agentes que eram responsáveis pela venda ainda são lacunas em algumas regiões do Estado Português. I

No Maranhão, os primeiros trabalhos que centralizam a sua discussão em volta dos impressos são de uma produção historiográfica recente, mais precisamente cerca de quatro anos atrás, desenvolvida por pesquisadores do Núcleo de Estudos do Maranhão Oitocentista da Universidade Estadual do Maranhão. As discussões do tema já renderam alguns trabalhos acadêmicos, como o de Romário Sampaio Basílio, defendido em 2014. Basílio esboça uma discussão em torno dos agentes do livro no Maranhão, suas conexões, suas práticas, seus modos sociais e culturais, analisando a documentação do Fundo Real Mesa Censória. Em 2015 Lucas Gomes Pinto também apresentou o seu trabalho sobre a temática, mas com foco na circulação de impressos a partir dos anúncios dos jornais. E duas dissertações de mestrado: de Romário Sampaio Basílio e Flávio Costa Júnior. O primeiro investiga a trajetória de três portugueses no Império Luso-brasileiro em finais do século XVIII até primeiro quartel do Oitocentos: Manuel António Leitão Bandeira, Raimundo José de Sousa Gaioso e Joaquim José Sabino. Enquanto

¹ Não consegui levantar dados sobre esse desenhista.

o segundo faz uma discussão sobre a circulação do conhecimento sobre a natureza no Maranhão e Piauí, e procura entender qual o seu papel nos projetos da burocracia portuguesa nessa parte do mundo.

Este trabalho é uma das levas dos citados acima, visto que fora desenvolvido através do mesmo projeto. Assim, esta pesquisa é fruto do trabalho de Iniciação Científica desenvolvido no âmbito do projeto intitulado “*Posse, comércio e circulação de impressos a partir das obras circulantes entre 1747 a 1823*”². Durante esse período obtive contato com a historiografia produzida sobre a História do Livro, História do Maranhão e Portugal que, juntamente, com o levantamento documental realizado durante a execução do referido projeto possibilitou a discussão da temática ao longo deste texto.

Por tema principal, proponho-me a analisar a circulação de impressos em São Luís a partir da documentação do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), buscando afirmar que os circuitos de livros estavam inseridos dentro de uma estratégia política desenvolvida pelo governo português de difundir conhecimentos práticos que ampliassem, ou melhor, potencializassem a exploração dos produtos coloniais, tornando a produção mais rentável. Ressaltando que, diferentemente dos trabalhos de Romário Basílio e Lucas Pinto que analisam os envios de livros a São Luís a partir da Real Mesa Censória, este trabalho analisa os escritos do AHU que além, de ser enviadas por autoridades régias não eram submetidos ao crivo da Real Mesa.

O trabalho aqui esboçado, embora tenha como temáticas os impressos (História dos Livros), não centraliza a discussão somente em torno deles. Os livros faziam parte de uma conjuntura política, social e econômica, nesse sentido, ao analisar os envios de livros para o Maranhão por parte do governo português levo em consideração as especificidades não só da capitania (receptor), como também do próprio local onde os livros vinham.

Assim, o trabalho foi estruturado em três capítulos.

Assim, no primeiro capítulo, *O Iluminismo português no centro e no ultramar*, centralizo a discussão nas mudanças que Portugal presenciou durante os finais do século XVIII, baseados na ilustração. Demonstrando que essas alterações vão modificar a forma dos agentes gerir o governo, como influenciar os projetos que serão desenvolvidos por todo império. No primeiro capítulo, além de mostrar as políticas desenvolvidas pelo Marquês de Pombal apresento uma

² Essa pesquisa faz parte do projeto “*Posse, comércio e circulação de impressos na cidade de São Luís (1800-1841)*” contemplado pelos editais: Universal CNPq 14/2011 (Proc. 477845/2011-8) e Chamada CNPq/Capes Universal – Ciências Humanas 07/2011(Proc. 400643/2011-1), coordenado pelo Professor Doutor Marcelo Cheche Galves e pelo Professor Doutor José Henrique de Paula Borralho (vice-coordenador).

figura chave nesse processo de envios de livros ao Maranhão, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que influenciado diretamente pelo Marquês de Pombal e pela longa vivência em Turim, onde serviu como embaixador plenipotenciário, vai desenvolver vários projetos para as possessões em busca de um desenvolvimento racionalizado, no subcapítulo *Um Português Ilustrado: D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a política livresca na América portuguesa*. Entre os projetos de Coutinho destaco a criação da tipografia do Arco de Cego que enviará uma quantidade expressiva de livros a São Luís através do tema *Arco do Cego: disseminando os saberes no Império Luso*.

No segundo capítulo, ***“Na boca do Atlântico”***: *ideias e impressos nas orlas do Maranhão Português através da documentação do Arquivo Ultramarino*, apresento a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino que circulou entre os anos de 1761 a 1806 que tratam de livros ou envios a São Luís, destacando 4 tipologias empregadas na pesquisa, bem como as informações levantadas com bases nos registros. Nesse sentido para uma melhor esquematização das ideias apresentadas no texto optei por trabalhar as tipologias debaixo de 2 subcapítulo *Doações de Livros em São Luís e Controle de Ideias e Impressos*.

No último capítulo, ***Circuito Atlântico dos saberes no Maranhão***, trato dos impressos que circularam pelo Maranhão enviado por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, destaque para duas tipologias que foram apresentadas no capítulo 2. E faço uma discussão sobre a relação desses livros com a economia local nos dois subcapítulos *Livros, agentes, leituras e produtos ultramarinos e Memórias: “Plantação dos Algodões, e a cultura dos algodoeiros*.

O ponto de partida deste estudo para pensar as projeções culturais, que envolviam a circulação de impressos dentro do reino luso, durante os últimos decênios do século XVIII até primeira metade do XIX, são as clivagens que os ideais iluministas propagavam³. Considerado um país extremamente católico Portugal⁴, ou melhor, o governo português de início, não fora influenciado pelas luzes⁵, o que não impedia que ideias ilustradas circulassem entre pessoas comuns, mercadores de livros, pensadores e, sobretudo, entre os agentes do governo⁶.

O revérbero desse fluxo é o início do Reinado de D. José I (1750-1777), que “iniciou um conjunto de reformas” sob a defluência da ilustração, sobretudo, para firmar o poder régio diante do clero e dos corpos sociais, alterando as estruturas socioeconômicas com o propósito de desenvolver a acumulação de capital, estimulando as atividades produtivas no ultramar (VILLALTA, 1999).

As transformações ocorridas durante o reinado josefino ressoavam os ecos hodiernos das Luzes na Europa, principalmente na França e Inglaterra, onde o trânsito de ideias circulava com maior concisão. O cientificismo passava a ganhar aos poucos o seu lugar dentro dos centros de poderes. Os corpos sociais, espirituais, políticos e econômicos passaram por um processo de redefinição, novas leituras foram trazidas à tona contra o conhecimento tradicional da época, desdobrando em novos olhares em todos os planos da religião, Estado e até mesmo do próprio indivíduo (BASÍLIO, 2014).

O processo de redirecionamento dos corpos que compunham as sociedades do velho mundo deve ser considerado de forma polissêmica, uma vez que cada região tinha suas

³Os ares da modernidade propagavam-se em toda Europa; pensadores estabeleceram entre si uma rede de ideias formando uma teia de influências, que circulavam nos reinos, principalmente na *República das Letras*, a principal representante dessa nova forma de olhar para a vida (DARNTON, 1990).

⁴ Até o século metade do século XVIII o governo português tomava as suas decisões baseadas em doutrinas jurídicos-teológicas. As leis refletiam bem a estreita relação entre o poder temporal e espiritual. E mesmo com a adoção das prerrogativas iluministas não se pode deixar de lado a atuação do poder espiritual dentro do reino. (SANTOS, 2014).

⁵ “O termo Iluminismo indica um movimento de idéias que tem suas origens no século XVII (ou até talvez nos séculos anteriores, nomeadamente no século XV, segundo interpretação de alguns historiadores), mas que se desenvolve especialmente no século XVIII, denominado por isso o ‘século das luzes’. Esse movimento visa estimular a luta da razão contra a autoridade, isto é, a luta da ‘luz’ contra as ‘trevas’. Daí o nome de Iluminismo, tradução da palavra alemã *Aufklärung*, que significa aclaração, esclarecimento, iluminação. O Iluminismo é, então, uma filosofia militante de crítica da tradição cultural e institucional; seu programa é a difusão do uso da razão para dirigir o progresso da vida em todos os aspectos” (BINETTI, 1998, p. 605).

⁶ Existia em Portugal desde a primeira metade do século XVII um grupo de intelectuais e políticos, que, baseado nos ideais iluministas propagados por várias nações, sugeria mudanças e reformas dentro do reino (FRANCO, 2007).

especificidades, que ditavam o ritmo e as proposições das luzes. No caso português, a composição do Estado, sob bases das doutrinas jurídicas-teológicas que refletiam claramente a estreita relação entre o poder espiritual e o temporal, era um aspecto limitador às ideias iluministas. No entanto, não as impedia, como escrito acima, de circular dentro do reino. A singularidade da ilustração em Portugal expressava-se no valor sincrético com os ideais católicos, ou seja, as ideias iluministas e os dogmas cristãos foram dosados de forma que um pudesse pesar no controle do reino e seus súditos.

Sebastião José de Carvalho e Melo, conhecido posteriormente como o Marquês de Pombal⁷, foi responsável por colocar as concepções ilustradas em prática dentro do governo. Antes de Pombal já se tinha em Portugal uma discussão sobre a importância do governo de adequar-se aos novos direcionamentos que se espalhavam por toda a Europa, porém, nada foi feito por parte da Coroa⁸. Ao assumir a pasta ministerial, no reinado de D. José I, Carvalho e Melo trouxe consigo um grupo de pessoas que estava disposto a colocar em prática os seus conhecimentos dentro do reino⁹, principalmente após o terremoto de 1755, que devastou boa parte de Lisboa. A forte atuação para elucidar a decadência do reino, com uma série de atos emergenciais, contribuiu fortemente para “o poder virtualmente absoluto que ele conservaria por mais de vinte e dois anos, até a morte do rei, em 1777” (MAXWELL, 1996, p. 24). Devido à eloquência no modo como dirigia os negócios reais, foi considerado por parte da historiografia um déspota¹⁰.

No primeiro momento, a política pombalina desenvolve-se com o intuito de legitimar sua fundamentação absolutista, centralizando o poder, apartando as relações entre o poder temporal e eclesiásticos, na tentativa de implantação de um processo de secularização e

⁷ O Marquês de Pombal foi nomeado secretário de Estado (ministro) para assuntos exteriores por D. José I e recebeu o título de Marquês. Quando um terremoto devastador assolou Lisboa, no dia 1º de novembro de 1755, Pombal organizou as forças de auxílio e planejou sua reconstrução. Naquele mesmo ano, foi nomeado ministro principal e, a partir de então, seus poderes foram quase absolutos, desenvolvendo um programa político de acordo com os princípios do iluminismo. (SCHWARCZ, 2002).

⁸ Para mais informações ver: Villalta, 1999.

⁹ Na concepção de Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke (2001, p. 59), as políticas públicas adotadas pelos Estados a partir do século XVIII foram na intensão de “racionalizar e ilustrar seus Estados”. Embora trabalhe com a Prússia e a Áustria, as ideias apresentadas nos ajudam a pensar o caso português.

¹⁰ A palavra déspota vem do grego “despotes” que significa, em sentido específico uma forma de governo em que o poder exercido pelo soberano sobre seus súditos é o mesmo que um senhor, na Grécia, tinha com seus escravos. O termo “Despotismo é polemicamente usado para indicar qualquer forma de Governo absoluto, sendo muitas vezes sinônimo de tirania, ditadura, autocracia, absolutismo e outras formas semelhantes. Só quando se tem em conta o significado originário da palavra e o uso técnico que dela se fez na tradição da filosofia política, é que o termo Despotismo indica uma forma de Governo diferente das outras com que no discurso polemicamente genérico se confunde” (BONAZZI, 1998, p. 339).

laicização do Estado¹¹. Entretanto, tinha um caráter ambíguo, mesmo com as tentativas de afastar o clero das decisões dentro do reino, a sociedade manteve-se devotada às concepções e dogmas cristãos, tanto na forma de governar como no cotidiano de cada indivíduo. Outro ponto a considerar no iluminismo português é o jurisdicional e os corpos políticos, principalmente quanto à fiscalidade dos órgãos institucionais. A racionalização dos aparelhos administrativos visava a centralização da política portuguesa, tendo como epíteto o fortalecimento do domínio real (SCHWARTZ, 1979).

O grupo de Pombal passa a incorporar aspectos da ilustração, alterando aos poucos o cenário cultural, político e econômico do governo, como a centralização do poder¹² e a modernização das estruturas políticas, trazendo para dentro da sociedade lusa ares de modernidade. As reformas administrativas adotadas por Pombal objetivavam tornar mais ágil e eficiente o aparelho administrativo do Estado e, no campo econômico, dinamizar a economia e incentivar o desenvolvimento das indústrias e do comércio. A política econômica, segundo Santos (2013, p. 3), privilegiou os grandes comerciantes portugueses, que tinham o apoio do Estado, no entanto, deveriam gerar riquezas necessárias para o desenvolvimento nacional. O comércio, tanto ao nível interno como externo, fora incentivado.

As estratégias voltadas para a economia não ficaram limitadas à proteção dos comerciantes. A criação da Junta do Comércio, das Companhias comerciais, da Aula do Comércio e do Erário Régio mostra a ampla mudança nas diretrizes econômicas. Estas ações, juntas com outras, especialmente na área educacional, tendiam a criar uma outra mentalidade no império luso.

Desde o século VI até meados do XVIII os jesuítas dominavam o campo educacional de todo o império luso. Com a expulsão da companhia, Carvalho Melo passa a estabelecer novos métodos de ensino, priorizando a integração do indivíduo ao Estado¹³, e começou pela publicação do Alvará, datado de 28 de junho de 1759, que definitivamente extinguiu os jesuítas de qualquer ação pedagógica, e cria, ao mesmo tempo, “a Direcção-Geral dos Estudos, pela primeira vez na história do ensino em Portugal, como meio de fazer a

¹¹ Durante o ministério Pombalino várias leis foram publicadas contra o poderio da igreja, que incluíam desde a amortização dos bens do clero, como as censuras dos ministérios régios, até mesmo a expulsão da Companhia de Jesus, uma das mais respeitadas da época. A limitação do poder eclesiástico levaria a obrigação de respeitar as providências reais (SORIANO, 1876, p. 117).

¹² Para fortalecer o Estado e o poder real, Pombal enfraqueceu o poder e o prestígio da nobreza e do clero, que limitavam ou às vezes influenciavam as decisões do rei (MACIEL; SHIGUNOV, 2016).

¹³ “A utopia pedagógica iluminista que inspirava o ministro de D. José I, segundo a qual a educação era um instrumento privilegiado para a edificação de um Estado, do homem novo iluminado e da conseqüente criação de uma ideia também iluminística de uma sociedade feliz” (FRANCO, 2011, p. 24).

centralização e subordinação ao poder régio de toda a actividade educativa que, a partir deste organismo, deveria ser homogeneizada.” (FRANCO, 2011, p. 25)

As reformas educacionais, junto com a criação do *Colégio dos Nobres*¹⁴ e depois a reforma da Universidade de Coimbra, na qual foram criadas duas novas faculdades de Matemática e Filosofia, “visavam a três objetivos principais: trazer a educação para o controle do Estado, secularizar a educação e padronizar o currículo” (MAXWELL, 1996, p. 104). Todas essas medidas intuía para elevar a Universidade de Coimbra ao nível do saber Europeu. Além disso, criou museus, observatórios, gabinetes científicos, organizando o ensino do direito natural e da história civil dos povos, e também incentivou as artes em geral.

As reformas instituídas por Pombal no campo cultural não alteravam o entrave que existia dentro do reino. Em 1768 cria-se a *Real Mesa Censória*, órgão que substituiu a inquisição, julgando o que era ou não aceitável ao leitor português (BASÍLIO, 2014). A *Real Mesa* tinha a função de fazer cumprir as determinações reais, domesticando não só as ideias como a nobreza. No campo das ideias, era responsável por tolher livros que difamavam o catolicismo, falassem de práticas mágicas ou fossem contra as diretrizes governamentais, além de outras (SCHWARCZ, 2002). Por outro lado, a Mesa Censória fomentava a reimpressão dos autores nacionais, facilitava de certo modo a importação dos estrangeiros, facilitando a leitura dos impressos que circulavam por toda a Europa (MARTINS, 1882).

Nesse sentido, a aplicação da ilustração dentro do reino luso manteve-se equilibrada: se de um lado advogava-se a alguns pensamentos das luzes, do outro, continha-se os “excessos”, principalmente aqueles que punham em cheque a monarquia e suas possessões ultramarinas. O iluminismo instaurado em Portugal apresentava as suas peculiaridades e, embora durante muitos anos, diferenciava-se o governo de D. José I pela ilustração, devido às reformas iluministas implantadas, hoje, uma parte da historiografia defende uma continuidade desse projeto reformador¹⁵.

Os anos que sucederam o reinado de D. José I trouxeram mudanças significativas dentro do reino, e 27 anos depois, mesmo com a morte de D. José I, os vestígios da ilustração eram evidentes:

A equipe dirigente, de índole ilustrada continuou basicamente a mesma com novos acréscimos. Ainda mais, as reformas ensejando os primeiros frutos, as iniciativas

¹⁴ No discurso de abertura “o doutor Miguel Antônio Ciera, astrônomo de reputação, foi quem pronunciou, diante dos circunstantes, um discurso sobre a necessidade de fazer reviver as sciências e as artes em Portugal, bem como sobre a vantagem, que todos os estados tiram da cultura das bellas letras”. (SORIANO, 1876, p. 66)

¹⁵ Há uma ampla discussão sobre o tema, enquanto uma parte da historiografia defende uma ruptura entre o reinado de D. José I, outra parte afirma veemente a continuidade entre esses dois reinados. Para mais detalhes ver: Schwarcz, 2002.

foram avante, ampliando o raio de ação. O final do século, longe de ser um retrocesso, marca um avanço, apreço como um desdobramento: um ponto mais alto da ilustração em Portugal. (NOVAIS, 1994, p. 106).

O programa que fora iniciado por Pombal na década de 1750, que levava em conta a promoção da agricultura, bem como o reconhecimento e a potencialização da exploração dos produtos coloniais, passou por uma série de reformulações no período Mariano e Joanino.

Nas possessões ultramarinas o vestígio de uma nova forma de olhar para o mundo começava a se redesenhar entre os habitantes. Novas ideias foram recebidas pelos portugueses não só por intermédio de mercadores de livros, que traziam diversos tipos de livros para as terras, como também por promoção do próprio governo, como apontaremos nas páginas seguintes.

2.1 Um Português Ilustrado: D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a política livresca na América portuguesa

Si a glória de uma nação alteia-se resplandecente sobre o tumulto de seus filhos, que por ela sacrificaram-se, a gratidão da pátria deve ser o veículo dos seus nomes para o juízo da posteridade. (GAMA, 1968, p. 7).

As palavras acima foram escritas em 1968 pelo biógrafo de Frei Mariano da Conceição Veloso¹⁶, mas podem ser direcionadas ao ilustre D. Rodrigo de Sousa Coutinho que é considerado, juntamente com o Marquês de Pombal, um dos principais representantes da ilustração dentro governo português. Essa paridade deve-se ao fato de D. Rodrigo desde cedo acompanhar as gerências ilustradas dentro da coroa. Sebastião de Carvalho era padrinho de batismo de Coutinho e sua vivência direta com as políticas desenvolvidas tanto pelo Marquês como a de sua própria família o levaram a percorrer caminhos no circuito ilustrado.

Após a morte de D. José I, a sua filha D. Maria assume o seu lugar reinando por todas as extensões ultramarinas. O novo governo assume uma postura política diferente do anterior, porém, com várias semelhanças. Na visão de vários historiadores, o governo mariano foi mais continuidades do que rupturas, no entanto, o funcionamento do reino passou a tender para uma especificidade própria, mesmo com os traços de continuidade, principalmente em relação aos domínios ultramarinos, que vai ficar mais esboçado na regência de seu sucessor, D.

¹⁶ No subcapítulo “*O Arco do Cego: disseminando os saberes no Império Luso*” deste trabalho falaremos mais sobre a figura de Frei Veloso.

João¹⁷, obrigado a assumir a direção do reino, devido à constatação da incapacidade de sua mãe governar, conhecida por muitos como “a louca”. Embora o governo de D. Maria apresente direcionamentos sobre a política ilustrada, é sob orientação de D. João que vamos observar a dinâmica da inserção dos livros por parte governo dentro do ultramar. O reinado de D. João VI vai ser influenciados totalmente por ministros reformistas que retomam os principais objetivos pombalinos, como a expropriação dos bens da igreja, realização de uma reforma em toda legislação e uma composição de unidade territorial com capacidade de comunicação (OLIVEIRA et al., 2013).

Em 1796, dois anos depois de assumir o governo, o príncipe regente nomeia D. Rodrigo de Sousa Coutinho para administrar a Secretaria do Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, cargo que até então era ocupado por Martinho de Melo e Castro que ao falecer deixa a função vaga. A escolha de Sousa Coutinho visava de certo modo diminuir ou eliminar os pontos de atritos entre o centro e as ramificações, visto que “o monarca dependia de uma composição de corpos sociais, onde cada corpo exerce sua função nessa administração. A cada corpo social era delegada certa responsabilidade para que pulsasse o êxito da boa administração a cabeça, o rei”. (NEVES, 2016, p. 13).

D. Rodrigo fora considerado um dos maiores expoentes das luzes, juntamente com o marquês de Pombal. Acumulou vasta experiência antes de administrar a secretaria, desde cedo teve vivência com as políticas ilustradas¹⁸, e suas experiências na época em que era diplomata em várias partes da Europa renderam conhecimento aprofundado das luzes¹⁹. O pai de D. Rodrigo, D. Francisco Inocêncio de Souza Coutinho era uma figura importante dentro do período Pombalino, ocupou cargos como governador, e mais tarde como embaixador plenipotenciário na corte espanhola, destacando-se por ser um dos principais articuladores do tratado de fronteiras, Santo Ildefonso, em 1777 (CARVALHO, 2012). Por fazer parte das famílias que integravam as redes *clientelares* do corpo administrativo dos domínios ultramarinos, que se configuravam:

¹⁷ Em 1792, D. João assume o reino como príncipe regente, vindo a ser coroado como rei, somente em 1818, dois anos após a morte de sua mãe (HERMANN, 2007).

¹⁸ Segundo Pereira (2014, p. 299), “D. Rodrigo, além de ser afilhado de batismo de Sebastião José de Carvalho e Melo, era cria direta dos projetos pedagógicos pombalinos. Seu pai o fez estudar no Colégio dos Nobres, enquanto a maioria da nobreza portuguesa rejeitara a iniciativa. Cursou direito em Coimbra, no exato momento em que as reformas pombalinas de 1772 eram implantadas na velha universidade. Os novos estatutos da Universidade de Coimbra obrigavam a que todos os estudantes, ainda que de cânones ou leis, cursassem as recém-criadas disciplinas de ciências naturais, o que ajuda a explicar a forte crença na ciência que acompanhou toda a atuação de Souza Coutinho como homem de estado...”.

¹⁹ Durante seus anos a serviço do reino, D. Rodrigo pôde seguir de perto o esboço deixado por seus familiares contribuindo para o bom andamento da prática diplomática. Nos seus primeiros anos serviu como em Turim.

cadeias de nomeações de diversos oficiais régios intermediadas pela coroa e interligadas pelo fato de que uma dada nomeação abria espaço para a ocorrência de outras nomeações influenciadas pela primeira. Desse modo, os oficiais régios devem ser entendidos como produtores e transmissores de poderes e saberes que deram forma e viabilizaram a governabilidade portuguesa através de seu complexo imperial - ou seja, os oficiais podem aqui ser entendidos enquanto ‘instrumentos de poder e conhecimento’. (GOUVÊA, 2006, p. 402).

Sousa Coutinho foi bastante beneficiado pelas ações de seu pai, que, ao desempenhar bem o seu papel dentro da política lusa, garantiu aos filhos cargos importantes dentro do reino. (PEREIRA, 2014).

Antes de assumir a pasta ministerial, Coutinho passou muitos anos fora de Portugal, como ministro plenipotenciário em Turim, onde teve seu primeiro contato com as novas formas de pensamento que circulavam pela Europa, e que contribuíram fortemente para seu projeto reformista. D. Rodrigo revelou-se ter

intimidade com autores reformistas, tais como Antônio Ribeiro Sanches (1699-1783), Jacques Necker (1732-1804), marquês de Condorcet (1743-1794), Jacques Turgot (1727-1781) e Adam Smith (1723-1790) deixando explícita sua atenção com os temas que estavam na agenda dos estadistas de sua época (SANTOS, 2009, p. 215).

Ao ser nomeado para o cargo de Ministro, D. Rodrigo sentiu a necessidade de reorganizar o ministério em todos os níveis para uma melhor racionalização financeira. Criou o Conselho Almirantado, a Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica e reorganizou a Engenharia Naval (PAIM, 2009). As criações e mesmo as reformulações de Coutinho não persuadiram alguns historiadores, afirma-se que foi construído uma fama superior aos fatos realizados (SORIANO, 1876). No entanto, há várias décadas diversos estudiosos mostram a importância de Coutinho no circuito ilustrado²⁰; apresentam a relevância de D. Rodrigo para a coroa sendo “o mais notável dentre os estadistas”. (NOVAIS, 2011, p. 117).

A pasta ministerial da Marinha e Ultramar “reunia a administração de todas as colônias” (CURTO, 1999, p. 19), sob sua direção, Coutinho procurou colocar em prática o que havia aprendido ao longo de sua trajetória. Buscou, nos primeiros anos, elaborar um projeto que visava explorar as colônias de forma rentável, reestruturando a exploração. Em um *Discurso pronunciado perante a Junta de Ministros e outras pessoas*, apresentou um plano de fomento à exploração econômica nas possessões no ultramar, destacando a importância da América para a coroa:

Os domínios de S. M na Europa mais formam senão a capital, e ao centro das suas vastas possessões: *Portugal reduzido por si só, seria dentro de um breve período uma*

²⁰ Um dos trabalhos pioneiros em falar sobre D. Rodrigo de Sousa Coutinho é o escritor Lima (1954) que faz uma pequena biografia sobre Coutinho. Hoje temos uma ampla biografia sobre o tema, como Curto (1999), Santos (2013), Villalta (1999), Lyra (1994), entre outros.

província da Espanha, enquanto servindo de ponto de reunião e assento a monarquia, que se estende (...) nas ilhas da Europa e África ao Brasil (...) de figurar conspícua e brilhante entre as primeiras potencias da Europa (Discurso..., AHU, DOC. 31).

As quatro partes do Império, principalmente a América, teriam suas relações com a metrópole baseadas em dinâmicas. “A boca do atlântico”²¹ seria “a capital e o centro”, ou “o entreposto para o comércio da Europa”, e “as províncias ultramarinas” a base da manutenção do império (PEREIRA, 1953 apud CURTO, 1999, p. 20).

O vasto plano de fomento para as possessões envolvia escolher indivíduos do circuito ilustrado para governar as ramificações, enviar instruções específicas para desenvolver as potencialidades da terra e receber descrições sobre os territórios ultramarinos, para isso, era necessário que os corpos administrativos conhecessem as singularidades de cada espaço, seja no ramo econômico ou científico.

A integração entre os corpos que compunham o império era fundamental para implementar as reformas. Nos dois lados as comunicações davam respaldo para o bom funcionamento das extensões. A rede de comunicação entre a Coroa e seus respectivos agentes ocorria por meio da escrita que legitimava e alargava o poder dos representantes (HESPANHA, 1986). A representatividade dos homens letrados permitiu uma dinâmica complexa dentro do império luso.

Na gestão anterior, de Mello e Castro, as políticas desenvolvidas nas possessões do ultramar em relação ao conhecimento científico eram conduzidas por expedições filosóficas enviadas à América e África e caracterizavam-se “por uma política de recolha de espécies zoológicas e botânicas para o Jardim Botânico e Gabinete de História Natural de Ajuda”; enquanto sob a administração de Souza Coutinho os envios das expedições não intentavam só recolher espécies, houve mudanças significativas, através da pulverização de ações. As viagens filosóficas passaram a ter não somente naturalistas, desenhistas e jardineiros botânicos, como também diversos agentes da coroa para que fossem executadas diversas tarefas científicas específicas (DENIPOTI; PEREIRA, 2013, p. 31), para obter êxito em várias áreas. “Aos intelectuais – ‘filósofos’ – cumpriam investigar a realidade”, e “aos agentes do poder (os ministros escudados no poder soberano) implantar as reformas: assim dominando a natureza e regeneraria a sociedade”. (NOVAIS, 1994, p. 07).

Outra mudança na gestão de D. Rodrigo ocorreu relacionada à produção e divulgação do texto científico, que passaram a fazer parte do projeto reformador, como

²¹ Sobre esse termo ver capítulo 2 deste trabalho.

apontaremos no capítulo 02 deste trabalho. A relação metrópole-ultramar, principalmente na América Portuguesa, deveria basear-se em laços de solidariedade:

Este (o enlace entre a Metrópole e aqueles domínios ultramarinos) dever ser, sem dúvida, o primeiro ponto de vista luminoso do nosso Governo, e já que ditosamente segundo o incomparável sistema dos primeiros Reis desta Monarquia, que fizeram descobertas todas elas forma organizadas como províncias da Monarquia, condecoradas com as mesmas honras e privilégios que se concederam aos seus habitantes, e povoadores, todas reunidas no mesmo sistema administrativo, todas estabelecidas para contribuírem á mútua e reciproca defesa da Monarquia, todas sujeitas aos mesmos usos e costumes, é este inviolável e sacrossanto princípio de unidade (...) a fim que o português nascido nas Quatros Partes do Mundo se julgue somente português, e não se lembre senão da glória e grandeza da Monarquia (COUTINHO, 1797 apud LIMA, 1954, p. 8-9).

Na concepção de Coutinho, essa união fundada numa relação de parceria entre o centro e suas extensões fortalecia a unidade do Império Atlântico. Todos, independentes de onde nascesse, na metrópole ou nos domínios ultramarinos, deveriam ter o mesmo sentimento de pertencimento ao reino. Essa ligação faria do reino o local de laços de solidariedade, em prol tanto da defesa como de um possível desenvolvimento, tornando comuns os interesses dos dois lados. Entretanto, deveria haver uma diferenciação entre o *príncipe*²² e as *repúblicas* para o corpus funcionar:

animar as culturas existentes, e naturalizar no Brasil todos os produtos que se extraem de outros países deve ser outro objecto do legislador político, unindo-lhe o cuidado de segura-lhes com a mais extensa navegação o seu consumo da Europa, por meio da Metrópole, e, nas outras partes do mundo, por meio dos outros domínios, que a nossa Real Coroa possui. *Não seria contrário ao sistema das províncias, com que luminosamente se consideram os Domínios Ultramarinos, mas a Agricultura deve ainda por muitos séculos ser-lhes mais proveitosa do que as artes, que devem animar-se na metrópole, para segurar e estreitar o comum nexo, já que a estreiteza do terreno lhe nega as vantagens da agricultura* (COUTINHO, 1797 apud LIMA, 1954, p. 10).

Assim como o corpo humano, em que os diferentes membros possuem funções específicas na anatomia, as partes do reino desempenhariam papéis distintos, enquanto ao centro cabia a organização política, administrativa e econômica, tendo o exclusivo dos produtos manufaturados, às colônias competiriam apenas a produção de matérias primas e gêneros agrícolas.

²²O termo príncipe é utilizado nos trabalhos de Fragoso (2012, p. 106). “Segundo esta concepção o príncipe era a cabeça da sociedade, porém não se confundia com ela. Daí a possibilidade de existir negociações entre os Poderes locais, inclusive os das Conquistas ultramarinas, e o Poder Central. A ideia de Monarquia Pluricontinental sublinha ainda que as histórias do Brasil e de Portugal da época moderna devem ser compreendidas através da dinâmica do império ultramarino luso”.

O projeto reformista encabeçado por Coutinho para as colônias é considerado por Santos (2013, p. 13) como o ponto de equilíbrio do poder, pois associava o princípio de unidade e incorporação dos colonos como cidadãos do reino. Dando continuidade ao que Pombal deixara²³, Coutinho começou a reformular as bases. Escolheu vários ilustrados nascidos na colônia para ajudá-lo a mapear produtos que fossem úteis. A indicação desses indivíduos estava “ligada diretamente ou indiretamente a arregimentação nas tarefas da modernização do império”, assim, fazia-se necessário a execução de novas estratégias entre a metrópole e os domínios, sendo “constante o esforço do governo para melhor conhecer e mais explorar os recursos do império colonial e intensa a mobilização dos ilustrados nascidos no Brasil, que não se restringiam, é bom lembrar, à saber experimental ou às sugestões acadêmicas”. (LYRA, 1994, p. 48-49).

A aplicação da política das luzes por parte do governo restringia-se somente ao âmbito científico e à difusão do saber experimental. As questões que envolviam a liberdade, representação e igualdade dos direitos do homem foram deixadas de lado, visto que não eram de interesse para o reino. Tratava-se, portanto, de um programa limitado, pois a relação entre o conhecimento científico e o desenvolvimento econômico, embora trouxesse ao governo a responsabilidade de difundir conhecimento visando um “bem-estar” econômico do reino, “não implicava alterações no que respeitava à inexistência de circulação de ideias políticas, limitados pelo controle das tipografias e do acesso aos livros, e pela notória ausência de uma esfera pública de debate político” (GALVES, 2013, p. 1). Mesmo que se trate aqui de uma difusão de conhecimento baseado nas prerrogativas iluministas, deve-se ressaltar que as ideias que ameaçavam os pilares do antigo regime eram contidas por meios dos órgãos censores que monitoravam a circulação de livros dentro do centro de poder e em suas ramificações.

Coutinho passa assim a nortear a ação do governo, utilizando como artifício a reciprocidade e a interdependência entre os lados do atlântico. O pano de fundo das luzes envolvia muito mais do que trazer ou racionalizar o conhecimento, e em parte a reorganização do saber visava medidas práticas quanto aos acontecimentos políticos vividos por toda a Europa. Nesse sentido, reforçar os interesses recíprocos era nada mais do que, de certo modo, garantir a unidade política.

A grande extensão do império precisava ser repensada, ou melhor, dar continuidade às articulações dos poderes central e local. Coutinho estava pensando nos agentes locais que,

²³ Durante o período Pombalino, com a ajuda dos governadores, militares e diversos funcionários, foi realizado um reconhecimento da unidade territorial e dos recursos naturais de boa parte das colônias imperiais. Ver: Santos, Fiori, Campos, 2014, p. 50.

de certo modo, influenciavam o direcionamento político dentro do reino. Ao defender o discurso de pertencimento, defendia uma função normativa e reguladora que, por meio de mecanismos de organização, traçava estratégias e práticas através de diversos meios, como a produção do saber e o poder das letras (REVEL, 2005). Os americanos, embora estivessem no outro lado do atlântico, eram lusos e faziam parte do império, assim, era necessário fortalecer não só a dinâmica, como a identidade de todo o império, haja vista que as possessões estavam sendo bombardeadas de informações sobre a possibilidade de se tornarem independentes.

A ênfase no caráter singular na manutenção da unidade política do extenso império e as potencialidades que a América portuguesa apresentava para a Coroa levaram a busca de parceria entre os lados diferentes do atlântico. O centro luso, com base na ilustração, enfatizava o potencial do ultramar (LYRA, 1994), baseado no discurso que apresentava as ciências como imprescindível para o desenvolvimento do Estado.

2.2 O Arco do Cego: disseminando os saberes no Império Luso

A Oficina Tipográfica Calcográfica Literária do Arco do Cego foi criada em 1799²⁴ sob os esforços de D. Rodrigo de Sousa Coutinho na regência de D. João VI. O intuito desse órgão era espargir conhecimentos práticos para ampliar a exploração dos produtos ultramarinos e tornar a produção agrícola mais eficaz. O gerenciamento desse órgão ficou por conta do Frei Mariano da Conceição Veloso.

A escolha de Coutinho por esse nome talvez esteja relacionada à forte atuação de Veloso no campo das ciências naturais, além da rede de contatos que ambos possuíam em comum²⁵. Naquele período, era comum manter-se uma ampla rede de contatos que influenciavam nos cargos que o indivíduo ocupava dentro do governo, os poderes desses agentes fluíam dentro das diferentes instâncias do reino, o que Foucault denomina de capilaridade do poder. Essa capilaridade ou as ramificações do poder circulavam em instâncias ínfimas de hierarquia, controle e até mesmo de interdições e limitações prolongando-se ao ponto de ser corporificado entre os indivíduos (FOUCAULT, 2015).

²⁴ Até hoje ainda não foi localizado o documento legal da constituição dessa tipografia (LEME, 1999).

²⁵ Até agora ainda não foi encontrada nenhuma documentação sobre o período, ou como Veloso tornou-se próximo de Coutinho. Para a historiadora Aníbal Bragança, o contato entre os dois certamente ocorreu quando Mariano Veloso se encontrava em grande desânimo por não conseguir publicar sua obra *Flora Fluminensis*, o que o levou a entrar em crise com a Academia de Ciências de Lisboa, da qual viria a ser excluído em 13 de janeiro de 1798. Ver: Bragança, 2008 p. 8.

Antes de assumir o Arco do Cego, Veloso tinha ocupado vários cargos político-administrativos, tanto na sede como no ultramar (WEGNER, 2004). Nascido em 1742 na capitania de Minas Gerais, desde cedo, demonstrou interesse pelas ciências. O seu nome é constantemente mencionado nas correspondências do ministro de Estado e do vice-rei, sendo indicado a D. Rodrigo como a pessoa mais qualificada a acompanhar o Bacharel Baltasar da Silva Lisboa, que vinha ao Brasil para ser Juiz de Fora da Serra dos Órgãos, devidos aos seus conhecimentos sobre mineralogia e outras partes da história natural (CUNHA, 2010).

Nos anos que morou no Rio de Janeiro dedicou-se à botânica, empreendendo várias excursões e viagens, coletando e examinando materiais que lhe rendeu a *Flora Fuminensis* – trabalho que compreendeu cerca de mil plantas e novas espécies desenhadas, descritas e classificadas conforme o sistema de Charles Linné (LAGOS, 1858). Empenhado em publicar os seus estudos, seguiu para Lisboa em 1790, com D. Luís Vasconcelos e Sousa. Naquele período, era proibida no mundo ultramarino a instalação de tipografias, o que levava muitos agentes do governo a Portugal com o propósito de publicar seus estudos.

Em seus primeiros anos em Lisboa, trabalhou no Real Museu e Jardim de Ajuda no cargo de herbário, e na Academia Real das Ciências. Chegou até mesmo a publicar o periódico agrário “*Paládio Portuguez e Clarim de Palas que annuncia periodicamente os novos descobrimentos e melhoramentos n’agricultura, artes, manufacturas, commercio, & offerecido aos senhores deputados da Real Junta do Commercio*” (BRAGANÇA, 2008, p. 8), que, assim como os outros trabalhos, estava ligado às ciências. A sua saída da Academia em 1798, até hoje, não tem uma explicação clara e precisa, visto que nas atas não há registro sobre esse fatídico episódio (GAMA, 1869).

Ao assumir em 1799 a direção do Arco do Cego, Veloso não só ocupava um cargo de grande responsabilidade como estava sendo reconhecido dentro da corte pelos seus trabalhos. Todos que ocuparam cargos dentro da oficina foram escolhidos cuidadosamente, sob a supervisão de Sousa Coutinho, e com a aprovação do príncipe regente (CUNHA, 2010).

O trabalho na tipografia envolvia um planeamento meticuloso; abrangia desde a seleção, tradução, impressão até as distribuições das obras. Os textos publicados no Arco do Cego faziam parte da literatura científica que circulava por toda a Europa. As publicações voltadas a verbetes, instruções, memórias e tratados relativos às ciências tornaram-se aos poucos comuns nos periódicos, principalmente, na França e Inglaterra, familiarizando o público leitor às diversas áreas do conhecimento, das letras à agricultura, da política à química (KURY, 2015).

As traduções e, mesmo, os títulos originais publicados no Arco do Cego eram características de uma sociedade que emergia no meio das ciências. Viam-nas como um meio prático de desenvolver os seus reinos. Desde a sua fundação até 1801, ano que encerra as atividades da Oficina, publicou-se mais de 80 obras. A editoração dos trabalhos práticos na Calcografia apontava para novos direcionamentos da política ilustrada, que tinha em torno da figura de Coutinho essa representatividade, antes vista em Pombal. Sousa Coutinho, como analisado no 1 capítulo, via na internalização do “saber prático”, tanto na cabeça como nos corpos administrativos, e entre os vassallos das possessões ultramarinas um meio de solucionar a situação econômica e industrial do reino.

O Arco do Cego é considerado como um dos mais ousados e importantes projetos de Coutinho, “voltada para a publicação de obras científicas e didáticas ligadas a aplicação das ciências naturais” que “exemplifica bem a dupla preocupação quanto às perspectivas políticas externas e a organização dos saberes” (CURTO, 1999, 15). Com o apoio de Coutinho, Veloso passa não só a desempenhar o papel de naturalista do reino, como também de editor e tradutor de obras escritas em alemão e francês (FARIA, 1999). A sua atividade como editor será importante para a propagação dos ideais de racionalização do conhecimento prático.

Em torno de Veloso reuniram-se diversos estudantes luso-brasileiros que desempenhavam o papel de tradutores nos estudos avançados sobre a agricultura, maquinarias, ciências e artes. Dos mais de 80 títulos que foram publicados pela Calcografia, 45 deles foram traduções para o português de obras em alemão, espanhol, francês e latim (FARIA, 1999, p. 116-117). Os livros mais publicados foram ligados às ciências e técnicas, destaque para os de Ciências Exatas, História Natural e Medicina. Além das traduções tinha-se também publicação de títulos originais, tantos de autores lusos como luso-brasileiros.

A conexão entre o projeto político de D. Rodrigo Coutinho, que incluía a editoração na Tipografia sob a supervisão de Veloso e depois a sua distribuição pelas diferentes partes do atlântico, era o começo de uma jornada que levava o fomento da economia. O interesse pelas Ciências era fruto de uma mentalidade que surgiu com o pensamento ilustrado, que via nesse ramo um meio não só de conhecer as espécies vegetais e animais, mas também de desenvolver meios para o enriquecimento do reino, pois “o estudo das ciências e ao pensamento científico decorre do sopro de renovação (...), que abriu as portas da síntese e facilitou, pelas descobertas, o desenvolvimento de várias teorias”, como escreve Cunha (2010, p. 128).

As publicações de obras ligadas às ciências e técnicas eram convenientes ao *príncipe* devido ao caráter utilitário. Financiar não só publicações como também expedições

que explorassem as potencialidades era ampliar horizontes das riquezas. Assim com o patrocínio régio foi inaugurado o perfil das impressões de obras e viagens filosóficas:

A tentativa de constituição de uma massa sólida de conhecimentos sobre a natureza brasileira, aliada a uma utilização sistemática de bibliografia internacional, fez parte das ambições dessa geração de homens de ciência e foi acompanhada por mais três características relevantes: a crítica do modelo português, a exaltação de outros sistemas de colonização e a valorização da experiência brasileira e tropical (KURY, 2004, p. 122).

Nos anos subsequentes à administração de Coutinho percebe-se que as colônias passaram a receber instruções, não só através de textos administrativos, mas também por meio de impressos que eram enviados ao ultramar. Em sua maioria, as possessões foram inseridas dentro das perspectivas ilustradas, com a abertura de academias ou sociedades literárias, e representantes ilustrados da colônia. O Estado passava não só a intervir nas diretrizes políticas e econômicas, mas também como agente cultural ou até mesmo pedagógico ao fornecer instrumentos que levassem as luzes a diferentes partes do império.

As sofisticadas gráficas das impressões mostram um devido cuidado aos impressos que seriam enviados para as extensões. O aparato nomeadamente iconográfico das obras publicadas, estavam relacionadas a dimensão propagandística que se entendia de Estado, nesse sentido, além de servir de propaganda de uma parte da elite que respirava ares modernos²⁶, a produção do livro e das gravuras serviam sem dúvida ao propósito instrumental e prático de desenvolvimento econômico, visto que para D. Rodrigo os textos impressos poderiam influenciar fortemente os habitantes das possessões, principalmente se fossem ilustrados:

Um livro perfeitamente acabado consiste numa boa doutrina, apresentada pelo impressor e pelo corretor na disposição que lhe é conveniente; é isso que considero como a alma do livro; e é uma bela impressão no prelo, limpa e bem cuidada, que me faz compará-lo a um corpo gracioso e elegante. (PAREDES, 1680 apud CHARTIER, 2010 p. 16).

A política desenvolvida pela coroa abrangia desde os agentes do governo central ao ultramar. Uma conexão que imbricava racionalizar o conhecimento para instruir os habitantes nas mais variadas formas de explorar as potencialidades da terra beneficiaria ambas as partes do império luso que nos levam a uma trajetória envolvendo diferentes personagens dos vários lados do atlântico.

²⁶ Nesse período era comum entre as elites portuguesas o gosto pela leitura. Segundo Curto Portugal, o início do século XIX foi um dos principais consumidores de livros, e junto com a leitura veio o colecionismo e a criação de jardins botânicos, além da constituição de gabinetes e museus. (CURTO, 1999).

Nesse sentido no capítulo 02 deste trabalho analisaremos a documentação do Arquivo Ultramarino enviados ao Maranhão referente ao tema livro ou envios de livros a São Luís.

3 “NA BOCA DO ATLÂNTICO”: ideias e impressos nas orlas do Maranhão Português através da documentação do Arquivo Ultramarino

Mandei, como consta o recibo a pôr na casa do Correio desta Cidade os *80 exemplares do Mercúrio Britânico*, para serem vendidos a 300 réis, e os *25 da Memória sobre a Plantação dos Algodões* a 120, na conformidade dos Avisos de Vossa Excelência, datados aos 15, e 19 do ano passado. Da mesma sorte encarreguei, como seve do recibo ao dito Correio a venda de *90 exemplares do segundo tomo do Fazendeiro do Brasil* a 1:000 réis; regulando o preço estabelecido no ofício de Vossa Excelência escrito em 3 de abril de 1798 para o 1.º tomo da mencionada obra; pois, não vieram acompanhados de carta (*Ofício...*, AHU, D. 8242)²⁷.

O texto acima, datado de 27 de fevereiro de 1799, faz parte da documentação do Arquivo Ultramarino tramitada entre Portugal e Maranhão, que trata sobre os impressos que circulavam na capitania através do projeto liderado por D. Rodrigo sob a supervisão direta de Mariano da Conceição Veloso. Entre os livros citados no ofício, temos o *Fazendeiro do Brasil*, de autoria do Frei Mariano, que começou a circular em 1798, mesmo ano de sua publicação. Contudo, antes de analisar as informações acima, bem como o restante da documentação do Arquivo Ultramarino, fez-se necessário explicar o processo do qual decorreu esta pesquisa, como as tipologias empregadas no texto.

A reunião dos dados apresentados neste trabalho foi possível devido a uma racionalização da vida político-administrativa, que centra em torno da comunicação escrita como uma forma estratégica de ampliar o poder. Essa escrita permitiu não só o alargamento do âmbito espacial do poder, como também criou uma memória que serve de objeto de pesquisa (HESPANHA, 1986).

Na “boca do atlântico”²⁸, o corpo administrativo luso enviava e recebia constantemente informações das diferentes partes do reino pelo atlântico através de uma sistematização da escrita, que permitiu tanto o mapeamento de um acervo documental sobre os impressos, como um possível entendimento do funcionamento da política da coroa.

A partir dessas séries, consegui informações pertinentes sobre envios de impressos ao Maranhão que apresentam cartas, requerimentos, ofícios, petições e autorizações sobre livros que são fundamentais para entender o circuito de impressos em São Luís. A quantidade de documentos que circulavam dentro do mundo ultramarino apresenta a dinâmica político-administrativa que fazia o reino funcionar, como escreve Neves (2016, p. 29): “Na rota dos

²⁷ Optei por atualizar a grafia dos documentos.

²⁸ Essa é uma expressão usada pela historiadora Lilia Schwarcz (2002) referindo-se à localização portuária privilegiada que a coroa portuguesa tinha. Nesse sentido, ao me referir à expressão “boca do atlântico” faço alusão ao governo português, bem como à sua localização estratégica.

mares, a fluência e a diversidade desses documentos reafirmam a intensa comunicação existentes entre capitania do Maranhão” e o centro da Coroa.

Desse modo, para uma análise e classificação dos dados, buscamos inquirir, em termos quantitativos, as comunicações políticas, os envios de petições e outros, para o desenvolvimento deste trabalho. Ulteriormente, à separação do *corpus* documental foram agrupados 28 documentos relativos à circulação de impressos, relacionadas à pulverização do saber científico. Nos quais foram classificados com as seguintes tipologias: *Doações*; *Censura*; *Recebimentos*, *Vendas e Prestações de Contas e Conhecimentos Práticos*.

Na tipologia *Doações* são ofícios listados sobre livros, livrarias²⁹ que deveriam ser cedidos a determinadas pessoas da capitania. Na *Censura* é concernente a documentos que tratam sobre a proibição de impressos dentro da capitania, que por vezes partiam do centro para as ramificações, ou o ouvidor relatava a presença de impressos que não deviam circular. Sob o tema *Recebimentos*, *Vendas e Prestações de Contas* os documentos tratam dos processos que envolviam a circulação dos impressos a partir do envio da coroa. E, por fim, sobre o termo *Conhecimentos Práticos* registram-se assuntos ligados à ampliação dos saberes através da busca de informações sobre determinados produtos.

O gráfico abaixo apresenta as tipologias empregadas nas correspondências trocadas entre o Maranhão e a Secretaria do Estado da Marinha e Ultramar, entre os anos de 1761 a 1808, a partir dos manuscritos do Arquivo Ultramarino (AHU), digitalizado pelo *Projeto Resgate*.

²⁹ “Livraria” era a designação usual para “biblioteca”.

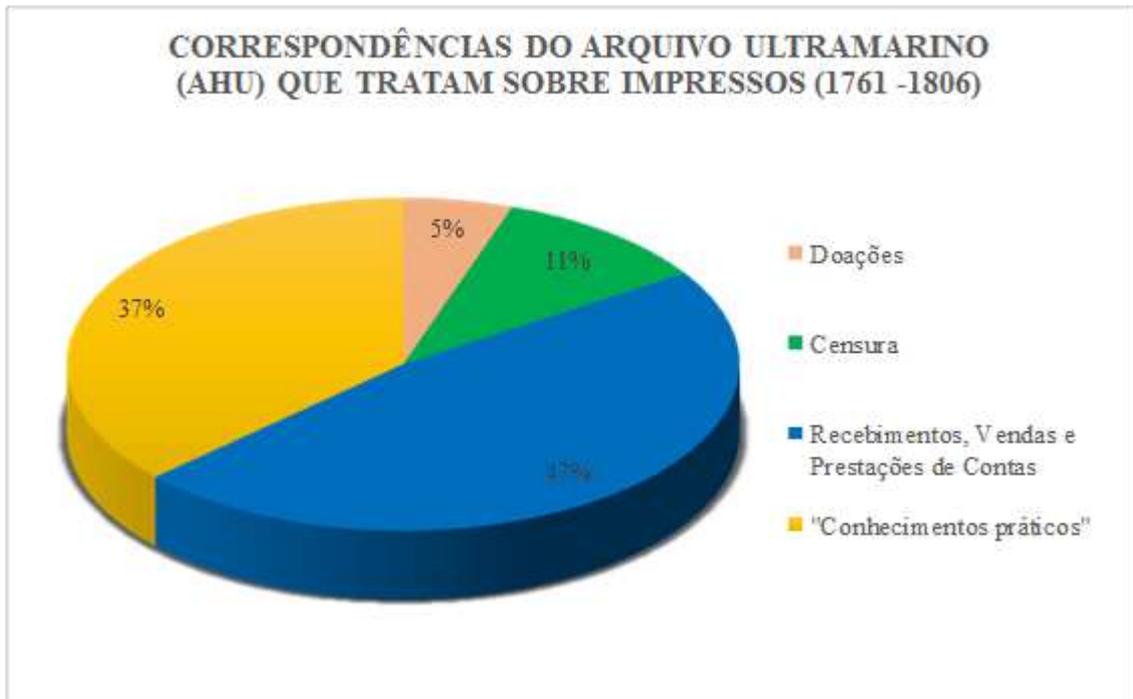


Gráfico 1 – Correspondências do Arquivo Ultramarino. Fonte: Autor.

Do corpus documental encontrado, 5% referem-se às *doações*, que serão considerados no próximo subcapítulo. Coincidentemente, todos os documentos datam de 1761, sendo assim, os primeiros que tratam sobre livros ou livrarias, antes mesmo do projeto político de Coutinho, encontrados no Acervo do AHU sobre o Maranhão.

3.1 Doações de livros em São Luís

Em uma dessas correspondências, trata-se de um ofício do governador e capitão-general do Estado do Pará, Maranhão e Rio Negro³⁰ ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado³¹, sobre a doação da livraria do Colégio de Nossa Senhora da Luz, da cidade de São Luís, ao Bispo da Sé, D. António de São José. O governador afirma que, conforme solicitado pelo bispo e conseqüentemente o aval real a favor do mesmo, fará de tudo para que as cláusulas expressas na carta sejam cumpridas:

Vossa Excelência me participa em ofício de 11 de junho do ano corrente a cópia da *Carta assinada pela Real mão à Sua Majestade* e dirigido ao Bispo da Sé do

³⁰ Nesse período, o Maranhão vivia sob a jurisdição da cidade de Belém, onde ficava sediado o centro governamental das capitanias Piauí, Grão-Pará e São José do Rio Negro, conforme a carta régia de 31 de julho de 1751. Sendo que em 1772 foi novamente reformulada a organização das capitanias, deste modo, ficaram dois autônomos estados: Grão Pará, com a capitania em Rio Negro, e Maranhão Piauí, com a capitania em São Luís (MEIRELES, 2001).

³¹ Irmão do Marques de Pombal, Mendonça antes de assumir a Secretária do Estado e Marinha (1760-1769) governou os Estados do Grão-Pará e Maranhão (1751-1759).

Maranhão, em que o mesmo Senhor *pedia a Livraria que se acha no Colégio de Nossa Senhora da Luz* daquela cidade com as cláusulas expressas na sobre dita Real Casa; e pela de Vossa Excelência a fiz certo em a fazer executar, pela parte que me toca, na forma que Sua *Majestade me determina*. (*Ofício ...*, AHU, D. 3940).

Os acervos que compunham as Livrarias até hoje é uma incógnita entre os estudiosos, carece-se de informações sobre a formação de tais acervos, principalmente no Maranhão. Não se sabe se os livros comprados eram provenientes da própria renda, ou se eram pagos pelo governo. Segundo Castro (2005, p. 94), os livros que entravam no Brasil “através das ordens religiosas, por vezes enviados da Europa pelos padres da Companhia ou pelo rei, diante das constantes reivindicações dos jesuítas”. No entanto, no caso do Maranhão, não temos especificações da procedência dos livros que compunham o acervo das livrarias dos colégios. As livrarias da região norte foram instaladas somente a partir do século XVII, e no Maranhão, até meados do século XIX, havia 5 colégios: Tapuitapera³², Madre de Deus, Seminários de Aldeias Altas, Parnaíba e Colégio do Maranhão (NEVES, 1989).

Nas capitanias até meados do século XVII os jesuítas administravam os colégios e as livrarias existentes neles; depois da expulsão, outros religiosos passaram a exercer essa função. O colégio citado acima, Nossa Senhora da Luz, fora fundado em 1622, no terreno cedido pelo capitão-mor António Moniz Barreiros ao padre Luiz Figueira. Ensinavam-se Letras e Ciências, conferindo graus em Letras, Artes, Filosofia e Teologia (CARDOZO, 2010). Embora tenha registro sobre essas livrarias, que ficavam sob a supervisão do clero nas possessões, até o presente momento não encontrei dados de como foram montadas, seu funcionamento, as obras que compunham o acervo e, até mesmo, as temáticas predominantes. Essas indefinições levam-nos a algumas dificuldades, devido à escassez de informações detalhadas a respeito das livrarias.

Ao expulsar a Companhia de Jesus dos territórios da Coroa, o Marques de Pombal não dava fim ao poder que o clero exercia dentro do reino, mas deixava subtendido que deviam submissão ao seu rei. Nas possessões e até mesmo na cabeça, os cleros ainda ocupavam cargos importantes dentro da dinâmica política e empenhavam-se para sustentar seu papel na lógica governamental, assim, não é estranho observá-los transitando dentro do espaço real. Referente ao colégio Nossa Senhora da Luz, percebemos que a expulsão dos jesuítas em 1759 de Portugal e, conseqüentemente, do Maranhão, em 1760, acarretou a vacância da administração do colégio, o que talvez tenha levado o bispo da Sé a pedir que a livraria ficasse sob o seu domínio.

³² Tapuitapera foi elevada à categoria de vila em 1648, recebendo o nome de Vila de Santo António de Alcântara, onde é hoje Alcântara. Ver: Alcântara, [201-].

No Maranhão, Salvador e Rio de Janeiro, contavam com cerca de 33.000 volumes de livros, no período da expulsão dos jesuítas em 1759 (LEITE, 1938 apud NEVES, 1989, p. 49), o que nos leva a crer que mesmo com a expulsão esse montante tenha aumentado, pois passaram a circular não só livros para fins didáticos, mas também outros livros, como apresenta Basílio (2014), e os documentos do Arquivo Ultramarino, objeto deste trabalho.

A presença de livrarias na capitania mostra que havia uma prática de leituras entre um determinado público, mesmo que limitada. Os filhos da elite local e a própria elite, geralmente funcionários públicos, oficiais e senhores de engenho, poderiam ter acesso às obras das livrarias, que aos poucos formavam um pequeno grupo de leitores em São Luís.

Em outro documento, de 06 de novembro de 1761, o governador Manuel Bernardo de Melo e Castro expressa que fará com que a ordem real seja cumprida sobre a doação de livros pertencentes à casa de Santo António de Alcântara ao Colégio dos Nobres:

Vossa Majestade foi servido fazer-me saber em carta firmada pela sua Real Mão com data de onze de junho do presente ano da doação que fez da livraria, e mais livros dispersos que foram achados na casa de Santo Antônio de Alcântara da Cidade do Maranhão ao Colégio dos Nobres que na mesma cidade tem mandado erigir. Na conformidade da sobre dita carta passei o Ofício ao Governador daquela Capitania para fazer. (*Ofício...*, AHU. D. 3972).

Segundo Neves (1989), o colégio dos Nobres nunca fora construído. No entanto, a documentação do AHU apresenta informações sobre tal empreendimento. A primeira correspondência que trata sobre o assunto é de junho do ano corrente, em que D. José ordena que os livros sejam doados ao Colégio dos Nobres. Em dezembro, contata-se uma nova Carta, só que desta vez não é o governador geral que escreve, e sim o governador da capitania, Joaquim de Melo e Póvoas³³, onde sugere a Mendonça Furtado que as casas³⁴ de Nossa Senhora de Madre de Deus e o Seminário nas Aldeias Altas servissem como Colégio dos Nobres. Em vez de mandar construir, o governador optou por usar as casas que já estavam prontas. Não se encontrou no acervo nenhuma correspondência que respondesse ao dito ofício, porém, uma nova correspondência, já do ano de 1798 e outra de 1813, comprova que de fato o Colégio dos Nobres funcionou no Maranhão (*Requerimento...*, AHU D. 7973; *Requerimento...*, AHU D. 11551).

³³ Era sobrinho de Pombal e do ex-governador do Grão Pará e Maranhão, Francisco Xavier Mendonça Furtado. Póvoas ocupou vários cargos na administração portuguesa, entre esses, administrou a capitania do Maranhão no mesmo período em que seu tio era governador. E depois da divisão Grão Pará e Maranhão passou a ser governador e capitão geral do Estado do Maranhão.

3.2 Controle sobre ideias e impressos

As tipologias classificadas sobre *Censura* representam 11%. Em Portugal, a partir de 1750, período em que o reformismo ilustrado entra em ação por parte do D. José, foram reformulados e criados mecanismos para que a política de censura tivesse eficiência. Assim mesmo o Estado, aplicando as políticas das luzes, observa-se que as estruturas de censura continuaram. Primeiro por que era necessário para manter a organicidade do Estado e, segundo, essa política era fruto de uma mentalidade de séculos, que de forma cuidadosa controlava os civis de ler textos que refutassem a legitimidade da igreja e dos soberanos. No reinado Josefino, o suprássumo da censura foi a criação da Real Mesa Censória em 1768, composta por leigos e clérigos como se viu no *capítulo 01*. A instalação desse órgão direcionava para a política de secularização empregada pelo governo nas diretrizes da ilustração.

A Censura antes de 1768 estava sob a jurisdição de três órgãos: Ordinário, Inquisição e Desembargo do Paço. Esse sistema tríplice não funcionava de forma harmônica, cada um tinha suas próprias regras e princípios para combater os livros proibidos, o que dificultava o funcionamento. Com a criação da Real Mesa Censória buscava-se a centralização do aparato censório, objetivando a eficácia e sua subordinação direta ao trono, que outrora ficava sob a gerência da igreja (VILLALTA, 1999). A sua inserção dentro do aparelho censório visava alcançar de forma mais detalhada os livros proibidos e liberar rapidamente aqueles que não tivessem ligação com as ideias inquisitoriais. A Real Mesa perdurou até 1787, quando foi criado a *Real Mesa da Comissão Geral* que se encarregou de examinar os livros que entrassem no território português.

O aumento de circulação de livros considerados sediciosos e libertinos que poderiam perturbar as normas governamentais fez com que as políticas de vigilâncias se tornassem mais incisivas, porém não impedia que os impressos não fossem difundidos no centro e em suas ramificações. No edital publicado pela Real Mesa dizia “fui informado, que no reino e em seus domínios se introduziram [...] vários livros corruptores da religião, e da moral, destrutivos dos direitos, e Regalias da minha coroa”. A vigilância sobre os livros também era reponsabilidade de todos habitantes do reino, principalmente daqueles que ocupavam cargos dentro do governo. No caso dos domínios ultramarinos, esse papel era realizado sobretudo pelo governador e ouvidorias.

No período josefino foi ordenado que “todos os livreiros, impressores, mercadores de livros, universidades, comunidades, corporações e pessoas particulares” da corte e das outras

partes do reino fossem obrigados a formar um catalogo fiel dos livros impressos ou manuscritos, científicos e literários.

A documentação encontrada referente ao Maranhão mostra as formas do governo em controlar o papel escrito. Não obstante, ressalva-se que no acervo do AHU a primeira documentação que trata sob a censura é concernente à propagação de uma bula³⁵ denominada Ceia do Senhor.

Em 1768 é enviado à capitania do Maranhão um conjunto de leis e alvarás. Nessa remessa fazia-se menção à Bula Ceia do Senhor, que deveria ser tirada de circulação. A Ceia do Senhor data do fim da Idade Média, continha uma “lista de vinte excomunhões, cuja a absolvição, fora de perigo de morte, era reservada ao confessor delegado pela Santa Sé”. “Deveria ser publicada ou lida pelo pároco anualmente, no dia da Ceia do Senhor, quinta-feira Santa” (MOURA, 1999, p. 49). O acesso na íntegra desse documento foi encontrado no Arquivo Público do Maranhão no livro nº 9, onde o rei determina que todos “os exemplares que foram introduzidos ou estampados no reino deveriam ser suprimidos”.

A Carta de Lei de 02 de abril de 1768 que retirava de circulação a Bula da Ceia é um reflexo dessas mudanças, visto que o governo ocupava as suas atenções não só para a centralização das áreas da economia, política e administração, mas também a religiosa, que antes era de jurisdição mais do clero que dos monarcas, desta forma, o bem-estar espiritual do reino passaria pelo *olho da providencia*³⁶, os olhos reais.

A vigilância dos *olhos reais* defendia e informava o monarca dos acontecimentos na colônia. Na correspondência datada de 1769, que faz referência às leis e alvarás enviados em 1768, revelam acusações a certo vigário, conhecido por Pedro Barboza, que teria em suas dependências livros ditos proibidos; e ao ser descoberto de suas transgressões não demonstrava nenhum arrependimento, mas sim desprezo pela lei (*Ofício ...*, AHU, D. 4271). O historiador Carlos Villalta sinaliza que essas acusações eram comuns nas colônias portuguesas, ao afirmar que no “Maranhão, o sargento-mor Aires Carneiro, em 1799, diante de seu pároco ‘reproduzia passagens duvidosas de livros proibidos’, questionava o ofício divino de ‘lições da Sagrada Escritura’... provavelmente influenciados pelas ideias anti-inquisitoriais e anti-católicas de Voltaire” (1999, p. 357). Embora houvesse uma política de coibição de impressos, por meio

³⁵ As bulas eram documentos redigidos pelo Papa que deveriam ser seguidos por todas as nações fiéis. “Letra Apostólica em pergaminho com selo pendente e que tinham as imagens de São Pedro e São Paulo”. Durante o domínio do clero foram publicadas várias bulas, entre elas a Ceia do Senhor.

³⁶ O olho da providência é conhecido pelo olho que tudo vê. Usei esse termo devido o rei possuir “ouvidos” e “bocas” por todas suas possessões, que o mantinham informados de todos os acontecimentos no centro e no mundo ultramarino.

desses relatos e outros, podemos afirmar que muitos que foram proibidos, circulavam pelas capitanias através do contrabando, “as vezes executado pelos próprios livreiros estabelecidos nas principais cidades portuguesas” (DENIPOTI, 2008, p. 433), que comercializavam seus livros nas possessões. A restrição não impedia que o circuito de impressos proibidos funcionasse.

Em outro ofício, de 1813, identificado no Arquivo Público do Maranhão (APEM), o governador comunica que tem tomado “aquelas providencias” para que não circule na capitania exemplar ou folheto antes do conhecimento do seu conteúdo pelo governo, e também exercerá vigilância sobre todos os indivíduos que entrarem na capitania. (*Ofício ...*, APEM, Livro nº 15. Fl 13-13V). Mesmo com a fiscalização constante, folhetos, libelos e livros entravam nas capitanias. Em 1817 há uma nova advertência sobre a coibição de impressos que não representasse à vontade real. O manuscrito expõe que todos os exemplares do folheto intitulado “*O Preto o Búzio do Mato*” fossem recolhidos das capitanias (*Ofício ...*, APEM, Livro nº 19. Fl 76V).

Os agentes do governo eram fundamentais para que se fizesse cumprir as ordens reais. No caso do ofício datado de 1769, o governador afirma que nomeou o Ouvidor Bruno justamente para cuidar desse caso; e que aguarda a decisão real sobre o vigário Pedro Barboza. A todo custo vigiava-se com o intuito de punir os desordeiros do reino. A circulação de livros na cidade de São Luís fazia-se presente desde os meados dos setecentos, porém, como observado na documentação analisada nesta pesquisa, ao menos por dados oficiais, era de forma controlada pelos agentes do Estado Português, que através dos órgãos de censura controlavam a entrada e a saída de livros nas terras ultramarinas.

Os livros, folhetos e libelos e os demais que recebiam o veredicto de não circular no reino, apresentava influências das luzes, como escrito outrora. Os registros apontam para uma parcela da sociedade colonial que lia e discutia textos ilustrados. O governo, as tradições eclesiásticas passavam a ser questionáveis. Em 1786, o ouvidor geral, Manuel Antônio Leitão Bandeira envia ao reino considerações sobre o libelo “Diálogo” que estava sendo amplamente divulgado entre os habitantes:

Tenho notado [...] um terreno promulgado um Libelo famoso, debaixo do título de Diálogo pelo qual rebate e aniquila o Governo de Portenho desta Colônia, essa irrisão os procedimentos da Junta da Coroal contra o Ex.mo e R.mo Bispo desta Cidade, e o Mestre de Campos José Nunes Soeiro (*Ofício ...*, AHU D. 5929).

O tom da escrita do ouvidor evidencia que o Libelo incitava a população local a desobedecer às leis régias e espirituais, por ‘afrontar’, cometer ‘injúrias’ e ‘ultraje’ sobre a “lei

de todas as nações cultas do universo” e por “atropelar aquelas máximas Santas, que a Igreja, cheia de sabedoria por todos os tempos tem empregado e ensinado: motivo porque este Libelo, afim de injuriações, e ... com muitos outros erros de Ultramontanismo³⁷ e Monarquismo que evidentemente ofendem a Autoridade régia”. Para resolver as questões que envolviam a propagação desse libelo, fora guardado uma cópia do manuscrito na Secretária do Estado da Colônia, para que se fizesse "averiguações necessárias", tomando:

providências que se requerem de uma ocasião tão crítica, dando-se conta a mesma Senhora do Vilipendio com que se tratam os magistrados nesta Colônia, essa decadência do poder Supremo, afim de retirar uma rigorosa devassa sobre todo este procedimento: o que espero com muito zelo com que a Vossa Excelência costuma animar e respeitar os Direitos da Soberania. (*Ofício ...*, AHU D. 5929).

Desde que a sua chegada ao Maranhão em 1785 até 1805³⁸, Manuel António Leitão Bandeira³⁹ será uma figura recorrente nas comunicações enviadas ao reino. Depois de passar pela ouvidoria desempenhará o papel de *Procurador interino da Coroa e da Fazenda* na capitania. Os cargos que ocupou dentro do governo possibilitaram para que tivesse acesso “a dados administrativos da capitania referente ao comércio, e ao foro jurídico permitindo-lhe tecer inúmeras considerações sobre esses aspectos e elaborar proposições por muitos problemas identificados por ele” (BASÍLIO, 2016 p. 25).

Assim nos anos consecutivos, a sua vinda ao Maranhão envia a coroa vários requerimentos, cartas e reflexões. Contudo, vai nos interessar um ofício de 02 de agosto de 1803, enviado ao Secretário de Estado da Marinha, Visconde de Anadia relatando sobre algumas reflexões histórico-filosóficas acerca das monarquias (*Ofício ...*, AHU, D. 9673).

O documento é bem extensivo, tem em torno de 7 páginas. As primeiras páginas versam sobre a forma do homem viver ao longo dos tempos, de sua necessidade de mudar-se de um lugar para o outro com o intuito de se multiplicar. Discorre sobre a fundação de Babilônia, dos reinos do Egito, Assíria, Creta e Troia. As formações dos reinos permitiram que o povo fosse dividido em diferentes classes sociais. Afirma Manuel Bandeira que:

Nos tempos modernos que dando Eduardo I um maior peso a mesa dos Comuns, receando os grandes alterou o sistema de governo Anglicano, efetuando os patrícios de Eduardo II, Ricardo II e do imortal Carlos I: a não esta novidade, o parlamento, o

³⁷ Ultramontanismo vem do termo latim *ultramontanus*, que designa, uma tendência católica que surgiu na França no século XIX para se opor e combater as tendências modernas, principalmente as das luzes. Esse movimento atribui ao papa um papel hierárquico, no qual desempenharia um papel importante tanto na fé como no comportamento do homem. A partir de meados do século XVIII parte expressiva do clero francês aderira a ideologia liberal, veiculada pelos enciclopedistas, o grupo fiel a Santa Sé passou a ser designado como ultramontano.

³⁸ Os últimos registros de envios de correspondências ao reino, de Manuel António Leitão Bandeira, são datados de 1805 (BASÍLIO, 2016).

³⁹ Para mais informações sobre Manuel António Leitão Bandeira: ver Basílio, 2016.

qual corresponde a expressão Wittena-geomte dos Normanos, jamais excederia os limites prescritos por [sic]garo, Ethelstano, Edmundo seus instituidores: assim como a França as cortes união relativas a dicção, mallus da palavra mallan que significa partes não subirão tão alto a proterir na política de Carlos Martel não as convocando a de Felipe Belo unindo lhe o terceiro Estado, que ele compunha de 96 centésimos da população (*Ofício ...*, AHU, D. 9673).

Antônio Manuel Bandeira era um homem letrado, tinha conhecimento da história política de vários reinos. O seu conhecimento o levava a fazer apreciações sobre a forma de governar. No entanto, os seus escritos não tinham uma sistematização ou disciplina perceptível (BASÍLIO, 2016). O texto sobre *as Monarquias* considerava que o chefe não deveria se exceder quanto às suas medidas para que não alterasse o equilíbrio e a consistência do reino, como representante deveria fazê-lo funcionar harmonicamente, sendo indispensável para a figura do chefe a perduração da Pessoa Sagrada. A figura reinol elogiada é Frederico, O Grande. Os feitos de seu reinado são discorridos nas linhas. Na parte final da escrita Bandeira cita Alembert e Descartes:

O meu pincel não pode dar a última mão ao Retrato do Grande Frederico a ter o mesmo Cesar Joseph (não [ilegível] tanta Guerral mencionada) viajando a Pario com o Tributo do Conde de Paleking[?] | tem, declaro a [ilegível], q´ esta imemorável [?] Soberano seda-l via contemplar como um defensor d´o tamanho, e Protetorl do Corpo Germânico: *Alembert* o distingue entre os ditos exemplos[?] em dialogo de *Descartes*; e se o estilo Epistolermo [?] permitisse mostraria em toda sua extensão, q´ os seus planos constitueml a base mais polida, e mais segura dos [ilegível] (*Ofício ...*, AHU, D. 9673).

As leituras feitas por esse ouvidor é reflexo de sua formação acadêmica e do seu papel como o representante da lei dentro da capitania. Ao enviar o seu ponto de vista sobre as monarquias, de certo modo, simboliza a sua sapiência para o cargo que estava ocupando e que almejava subir ainda mais dentro dos estamentos governamentais.

O papel do governo colonial era fundamental para manter a ordem e se fazer cumprir à vontade real. Em 1805, o capitão e general do Maranhão, Antônio de Saldanha da Gama envia ao Ministro do Ultramar, Visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo, neste momento Coutinho já tinha saído da administração da Secretária⁴⁰, uma consideração de um livro intitulado “Alegação Jurídica” que tinha “ideias prejudiciais ao sistema atual, que podem direta ou indiretamente prejudicar as interações de nosso Augusto Soberano”.

A obra “*Alegação Jurídica, na qual se mostra que são do Padroado da Coroa e não da Ordem Militar do Cristo as Igrejas, dignidades e benefícios dos Bispados do Cabo do Bojador para o Sul, em que se compreendem os Bispados da Cabo Verde, S. Thomé, Angola,*

⁴⁰ Para mais detalhes sobre a saída de Coutinho ver: Curto, 1999.

Brasil, Índia até China” fora publicada em 1804 em Lisboa pelo Bispo José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho⁴¹ na Oficina de Antônio Rodrigues Galhardo.

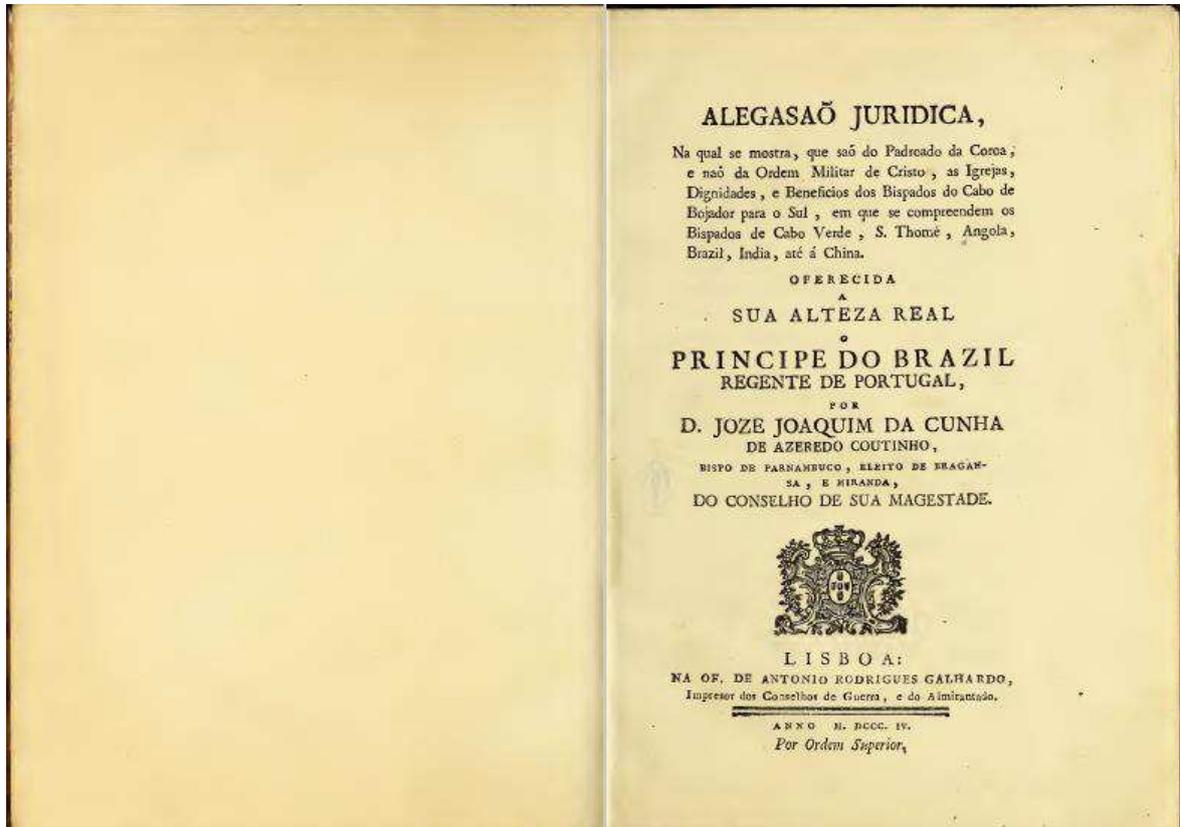


Imagem 2 -*Alegação Jurídica*. Fonte: Coutinho, 1804.

Coutinho era de uma família de ricos proprietários, ligados à lavoura açucareira, formou-se na Universidade de Coimbra em Letras e Filosofia. Depois na mesma instituição realizou estudos especializados em Cânones, na Faculdade de Direito Canônico, obtendo posteriormente o doutorado em Direito Canônico. Além do estudo do Direito, dedicou-se às Ciências Físicas e Naturais, assim como aos estudos políticos, econômicos, agrícolas e industriais (SANTOS; CASIMIRO, 2012). Azeredo Coutinho é conhecido pela criação do Seminário de Olinda, e por ter governado Pernambuco, justamente no reinado mariano. Foi um dos principais introdutores, na concepção de Wehling (2008), das ideias iluministas no território ultramarino.

Na dedicatória da obra Azeredo escreve:

A benignidade com que VOSSA ALTEZA REAL se tem dignado honrar-me aceitando a pequena oferta dos meus trabalhos literários, me permite a liberdade de oferecer de novo esta Alegação Jurídica, na qual mostro, que as Igrejas, Dignidades, e Benefícios do Cabo de Bojador para o Sul, são do Padroado da Coroa, e da

⁴¹Para mais informações sobre Azeredo Coutinho ver: Alves, 2010; Sodré, 1961; Wehling, 2008.

apresentação de VOSSA ALTEZA REAL, como Príncipe Regente, e Herdeiro do Reino de Portugal. O Interesse da Coroa, os Direitos dos Bispos, e o Bem daqueles Povos Ultramarinos, todos ligados entre si, são outros tantos penhore, que de novo me seguram a proteção da VOSSA ALTEZA. (COUTINHO, 1804, p. [2]).

Pereira (2006), ao fazer uma análise sobre dedicatórias de livros impressos no final do século XVIII e início do XIX, sinaliza que o texto de dedicatória era umas das formas que os reinóis encontravam para tentar ascender de carreira. Talvez fosse essa a intensão de Coutinho, ou era simplesmente receber a aprovação do rei. Por certo é que não se sabe os pensamentos desse autor:

Para aqueles que escreviam e publicavam, a oferta de um livro a um príncipe era um ato sobre o qual toda a sua existência podia depender. Ao aceitar ou recusar uma dedicação, o soberano achava-se na posição de dar ou não a legitimidade a um trabalho (ou a uma descoberta). (CHARTIER, 1995, apud DENIPOTI; PEREIRA, 2013 p. 261).

A tentativa de apresentar para o príncipe o funcionamento das igrejas e denunciar os abusos da Mesa da Consciência e Ordens cometida, principalmente em Pernambuco, aparentemente não teve um bom resultado, pois, além de que não teve uma recepção positiva entre os governos coloniais por criticar pontos fundamentais para a manutenção e organização das estruturas administrativas e econômicas, fora proibido de circular no mesmo ano de sua publicação (ALVES, 2010).

Dirigido contra a Mesa da Consciência e Ordens, o livro evidenciava as hostilidades praticadas por esse órgão, demonstrando a sua atuação como agente usurpador do padroado real, e era composto por duas partes. Na primeira, Azeredo expunha a violência e a opressão da Mesa, e na segunda parte tratava da usurpação do padroado real praticado pela mesma, não só em Pernambuco, mas em outras partes do Ultramar. Os assuntos sob jurisdição do tribunal régio e dos ministros da coroa estavam sendo tratados pela Mesa, que não tinha competência para julgar. Além do livro “Alegação Jurídica”, publicou outros trabalhos com os mais diversos temas: agricultura, comércio, escravidão, entre outros.

O governador Gama afirma que o autor questiona o direito com que os soberanos cobram os dízimos nas possessões ultramarinas, “apartando os do fim a que eles se acham nesse Reino aplicados, quero dizer da sustentação dos Ministros da Igreja, que pela cura das Almas tem a suas intenções fundadas em direito como ele diz conformando-se com alguns Parasitas”. Os dízimos na opinião de António de Saldanha eram uma “das maiores rendas de todas as possessões da América Portuguesa, e o direito com que esta renda se recebe aplica aos cofres Reais é que este *autor* não o nega a menos, não confessa, e pôr em *dúvida se pertence* ou não aos Senhores Reis de Portugal” (*Ofício ...*, AHU, DOC. 10163).

Assim como ouvidor Manuel Bandeira, Saldanha acusa o escritor da “Alegação Jurídica” de atacar as regalias e a autoridades religiosas e régias. Na capitania foi introduzida uma quantidade expressiva de exemplares, que começaram a “espalhar doutrinas análogas, e é certo que um povo supersticioso está disposto a abraçar toda ideia coberta com a capa da Religião” e “principalmente com tanta vantagem dela qual a de se eximir de um semelhante Tributo, ainda mais sendo esta cobrança fundada na boa fé e consciência de quem a paga”, caso isso se propagasse e os habitantes se convencessem de que não estavam religiosamente obrigados a pagar o dízimo, iria prejudicar o rendimento da Real Fazenda, visto que receberão uma grande parte dos seus Rendimentos, que a Religião e o receio do castigo até agora os obrigavam a patentear. Para manter o equilíbrio era preciso dar fim a tal obra.

A repercussão desse livro foi tão grande nos domínios português que em 1806 Dionísio Miguel Leitão Coutinho escreve um livro, mais para uma réplica, intitulada *“Refutação da Alegação Jurídica em que o Excelentíssimo e Reverendíssimo D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, Bispo de Pernambuco, Eleito de Bragança e Miranda, pretendeu [sic] mostrar ser do Padroado da Coroa, e não da Ordem Militar de Cristo, as Igrejas, Dignidades, e Benefícios dos Bispados do Cabo de Bojador para o Sul, em que se compreendem os Bispados de Cabo-Verde, S. Thomé, Angola, Brasil, Índia até à China : oferecida a Sua Alteza Real o Príncipe Regente de Portugal”*.

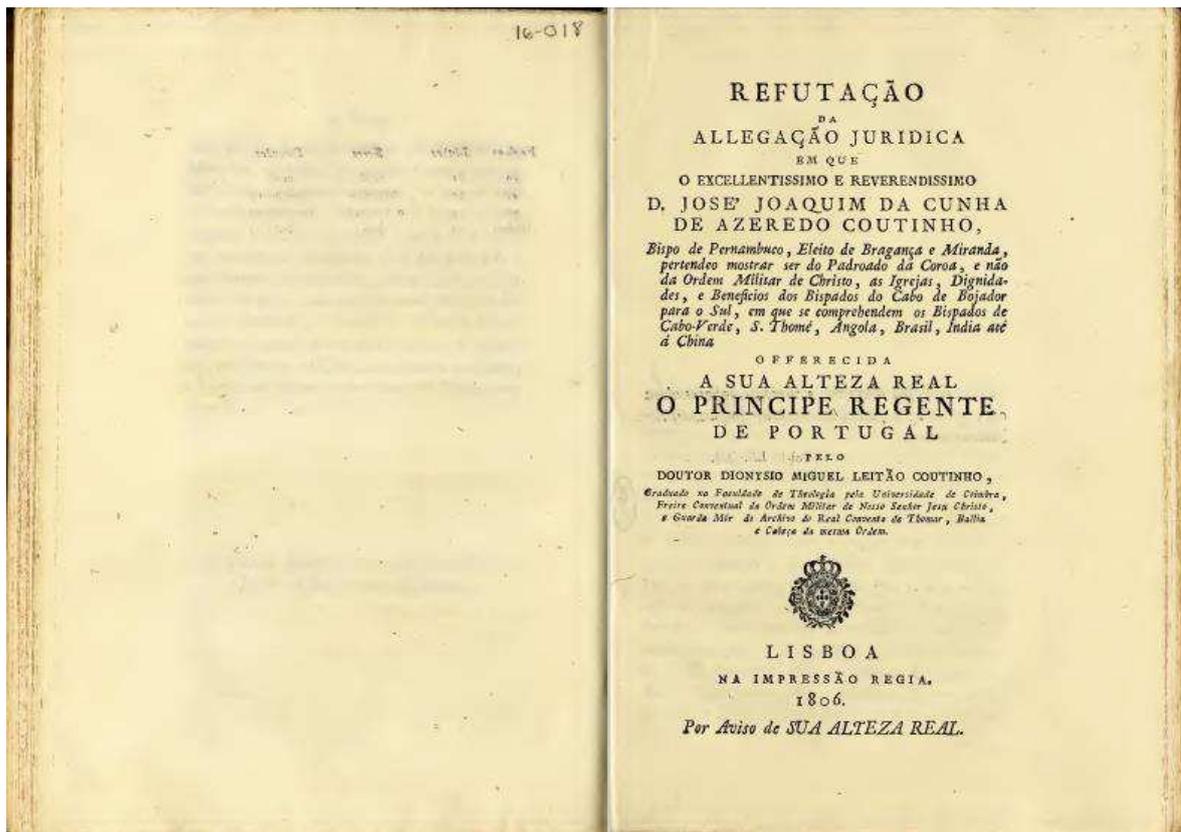


Imagem 3 - *Refutação da Alegação Jurídica*. Fonte: Coutinho, 1806.

Como o próprio nome traz, a obra tenta fazer uma reformulação das ideias apresentadas por Azeredo defendendo os direitos das Ordens e de seus Ministros, visto que a *Alegação* tinha espalhado por toda parte do reino, principalmente ao ultramar, “onde pode seduzir, e resolver os ânimos dos mesmos instruídos” (COUTINHO, 1806 p. [3]).

Dionizio Coutinho apresenta os mesmos documentos que Cunha Azeredo Coutinho trabalha em sua obra, “indicando ao mesmo tempo as páginas onde elas se contêm, para que aqueles que tiverem o seu exemplar possam verificar a exatidão com que os copilei, e os que não lerão, saibam em suma o que contem” e tire conclusão do que parece evidente.

Na documentação do AHU e no APEM não foram encontrados elementos que comprovam se um governador teve ou não alguma reposta sobre a circulação do livro “*Alegação*”. Contudo, sabe-se que nada aconteceu com o seu autor, pois, como mostra Gilberto Alves (2010) em 1808, ano em que a Família real veio para o Brasil, Azeredo publicava outro livro, “*Defeza*”, no qual discorria sobre os móveis de suas lutas e os resultados de sua atuação em Pernambuco. E nesse mesmo ano editou a versão em Português de “*Análise sobre a justiça do comércio do resgate dos escravos da Costa da África*” e a réplica “*Comentário para a*

inteligência das bulas, e documentos, que o Reverendo Doutor Dionysio Miguel Leitão Coutinho juntou à sua Refutação contra a alegação jurídica [...] oferecida a Sua Alteza Real o Príncipe Regente de Portugal”. Em 1818 é nomeado Bispo de Beja, cargo que não assumiu por tornar-se o Inquisidor Geral do Reino. Faleceu em 1821 em Lisboa. A nota do seu falecimento saiu três dias depois de sua morte no Jornal Gazeta Universal, Política, Litteraria e Mercantil, nº 111 (SANTOS; CASIMIRO, 2012 p. 5).

Percebemos, assim, que a *rede governativa*⁴² que Azeredo construiu ao longo dos diferentes cargos que ocupou no governo e a sua posição social, enquanto membro de uma elite local, tinha de certo modo influência junto ao príncipe, pois, embora o livro fosse proibido de circular, não houve sanções contra o autor. Entretanto, como explicado anteriormente, os livros ou qualquer meio que interferissem no modo de governar nas colônias eram reportados ao rei, mesmo que não fossem tomadas as medidas esperadas.

Observamos que os agentes seguiam um protocolo real ao enviar dados sobre livros ditos sediciosos, assim, nota-se que é comum em suas correspondências o uso padrão de certas palavras como “afrontar”, “injúrias” “ideias prejudiciais”, “atacar as regalias”, “ofender as autoridades régias e religiosas”, que é reflexo das regras instituídas pela Real Mesa Censória que determina que ao fazer averiguações sobre as obras dever-se-ia examinar cuidadosamente, e depois fazer considerações arrolando para os danos que podem causar para fé e ao reino. Declarando não só o título, mas também o nome do autor, principalmente os primeiros apelidos e cognomes, o número da edição, citando se possível até as páginas difamadoras. Todos os livros contrários aos dogmas sagrados da igreja e às leis reais eram para ser enviados ao Tribunal para que fossem tomadas as devidas providências.

Sob o tema *Recebimentos, Vendas e Prestações de Contas* corresponde 47% dos documentos, o maior percentual dos documentos observados. Os documentos referentes a esse tema serão objetos de análise no último capítulo, por apresentar uma gama de informações sobre a circulação de impressos, envolvendo o governo e o Maranhão. Porém, atendo-me mais a dar uma visão geral do que uma análise aprofundada.

Os impressos que foram mapeados no AHU e, diferentemente, dos documentos da Real Mesa Censória eram ligados mais a agricultura e outros meios de potencializar a economia reinol. Assim, enquanto na Mesa Censória encontram-se livros, dos mais diversos, como livros de literatura romanesca, de direito e religiosos, entre outros, que afluíam no reino – oriundos,

⁴² A Rede Governativa era uma articulação estratégica de indivíduos no âmbito da administração, que era resultado, em grande parte, da combinação das trajetórias administrativas dos indivíduos conectados pelo meio da rede e das jurisdições estabelecidas pelos regimentos dos cargos que eles iam progressivamente ocupando (GOUVÊA, 2010).

em sua maioria, de várias partes da Europa, enviada a Portugal, posteriormente, às possessões ultramarinas por uma rede de livreiros, que desempenhavam um papel importante no circuito de livros. Os documentos mapeados no AHU estavam ligados mais à política de racionalização financeira, ou seja, fomentar a economia através do conhecimento transmitido pelos livros. Esses impressos não eram comercializados pelos livreiros, e sim por agentes do reino. O corpus relacionado a recebimentos, vendas e prestações de contas dá conta de uma circulação intensa de impressos enviados pela Coroa ao Maranhão, através do projeto de D. Rodrigo de Sousa Coutinho de enviar impressos ao reino que levava modelos para a promoção não só do saber mais também da economia.

A circulação de livros refletia os ares de mudança em todo o império, principalmente no ultramar, que passou a ser alvo constante das políticas do reino para o desenvolvimento da economia. Além do envio, tem-se também nessas políticas o processo de conhecimento profundo de seus territórios, que envolviam principalmente os colonos que estudavam na Universidade de Coimbra, que eram incorporados ao projeto a fim de estudar as colônias nos moldes científicos.

A documentação do Arquivo Ultramarino apresenta várias correspondências trocadas entre os governadores da época e o Ministro do Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Como apresentado anteriormente, Coutinho procurou coletar informações para elaborar um projeto que não só visasse difundir os saberes, mas organizá-los de uma forma que desse lucro ao império.

Os documentos sobre “*Conhecimento prático*” corresponde a 37%, a segunda maior parcela, estavam ligados ao processo de coleta de informações de quaisquer produtos dentro dos territórios ultramarinos. Nesse sentido, trabalho essas informações juntos com *Recebimentos, Vendas e Prestações de Contas*, visto que esses processos estavam ligados um ao outro. No terceiro capítulo, sob o título *Circuito atlântico dos saberes no Maranhão*, analiso os dois temas, com ênfase na circulação dos impressos.

4 CIRCUITO ATLÂNTICO DOS SABERES NO MARANHÃO

Com o profundo respeito, com que devo apresentar-me a Vossa Alteza, venho dar conta do trabalho, do qual em seu Augusto Nome fui incumbido, *a saber: de ajuntar, e trasladar em português todas as Memórias Estrangeiras, que fossem convenientes aos Estabelecimentos do Brasil, para o melhoramento da sua economia rural, e das fábricas, que dela dependem*, pelas quais ajudados, houvessem de sair do atraso, e atonia em que atualmente estão, e se pusessem ao nível, com as das Nações nossas vizinhas, e rivais no mesmo continente, assim na quantidade, como na qualidade dos seus gêneros e produções. (VELOSO, 1798b p. 01).

A declaração acima é de autoria de Frei Mariano Veloso estampada no Livro *O Fazendeiro do Brasil Tomo I* que circulou em várias partes dos territórios ultramarinos. Nesse período o governo português tinha nomeado Veloso para “ajuntar, e trasladar em português todas as Memórias Estrangeiras, que fossem convenientes aos Estabelecimentos do Brasil”. Essa preocupação de melhorar a economia estava sob as diretrizes de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que via nas possessões do Ultramar a chave para o desenvolvimento do reino, discutida no capítulo 1.

No interregno de 1798 a 1801, uma quantidade expressiva de livros produzidos na Oficina da Casa do Arco do Cego⁴³ e em outras oficinas, como Galhardo, Silva e Ferreira, foram enviados para diversas partes do atlântico. Embora os envios de livros já fossem presentes na capitania do Maranhão motivados por uma variedade de interesses: transferências de funcionários régios, ação de clérigos, ou mesmo por livreiros que enviavam constantemente para serem vendidos, com os mais variados títulos (GALVES; BASÍLIO, 2014, p. 161). Os livros da Casa do Arco, e de outras Oficinas enviados ao Maranhão faziam parte de uma estratégia política do governo Português.

O projeto desenvolvido pela Casa do Arco, de pesquisar, fazer levantamentos bibliográficos de obras estrangeiras e depois traduzi-las para o português, tinha o intuito de melhorar a economia rural das colônias. E era também uma forma de mostrar para os súditos que a relação de ambos, coroa e ultramar, baseava-se em parceria. Enquanto a metrópole deveria fornecer meios de transportar, vender e aumentar o lucro dos empreendimentos, as colônias deveriam produzir cada vez mais produtos de qualidade.

Em São Luís, sede administrativa do Maranhão e Piauí, foi mapeada, como mostra o **gráfico 1 (capítulo 2)**, uma quantidade expressiva de textos que circularam no Maranhão através do projeto de Coutinho.

⁴³ A criação do Arco do Cego representava uma centralização das políticas desenvolvidas por Coutinho na articulação de explorar e levar instruções às colônias, visto que antes de seu funcionamento alguns impressos já eram enviados à colônia no período de sua gestão.

A difusão dos saberes envolvendo os dois lados do atlântico, Portugal e Maranhão, direciona para uma integração que revolucionará a capitania, pois embora não tenha representantes diretamente com Coutinho nos projetos de desenvolvimento das potencialidades, vai ser uma das capitanias que irá integrar a vendas de livros por parte do governo e a sistematização do conhecimento desses impressos dentro da capitania. Segundo Galves (2014, p. 124) um dos locais de vendas e distribuição que aponta para essa integração é a Casa do Correio.

As figuras chaves no processo recebimentos de impressos e relatórios sobre produtos naturais ao reino vão fazer parte de uma rede de conhecimentos, que articulados por Coutinho, integrava os governadores das capitanias, viajantes, naturalistas, além de outros funcionários da coroa que se responsabilizavam por todo o circuito de saberes na América Portuguesa.

4.1 Livros, agentes, leituras e produtos ultramarinos conectados

O primeiro registro sobre livros enviados ao Maranhão pelo governo Português é datado de 2 de abril de 1798, antes da criação da casa literária do Arco do Cego. Outrora o funcionamento da casa, Sousa Coutinho já articulava a circulação de determinados impressos às possessões. O ofício de 2 de abril relata que o governador do Maranhão, Fernando António de Noronha, recebeu de D. Rodrigo de Sousa Coutinho as *Memória sobre a cultura do Loureiro cinamomo, sobre o modo de se fazer salitre e o seu extrato, Memória sobre o modo de se preparar cochonilha e sobre a reforma dos alambiques*⁴⁴.

Os produtos tratados na correspondência: loureiro, salitre e cochonilha, eram presentes na capitania. O interesse por esses produtos não era recente. Em 1784, em São Luís, o governador, José Teles, envia ao ministro do Ultramar, Martinho de Melo e Castro, informações sobre a produção de anil, cânhamo e a presença da cochonilha (*Ofício ...*, AHU, DOC. 5645), chegando até mesmo a enviar amostras. Anos depois, em 1796, o mestre de campo da Vila de Alcântara, António Correia Furtado de Mendonça, envia para Portugal notícias sobre as descobertas de cochonilha, cânhamo silvestre e salitre, explicitando que “fez descobertas de cochonilha, cânhamo, e de salitre por reconhecer a sua importância” e que, anteriormente, já havia enviado por meio do governador, José Telles, amostras desses produtos, bem como no caso do cânhamo a forma de se fabricar. Nesse mesmo texto, indica os locais onde o salitre

⁴⁴ Para mais informações sobre esses livros ver **tabela 01**, intitulada: *Livros recebidos em 1798*.

poderia ser facilmente encontrado, como no Piauí e em outras partes do Brasil. Além disso, afirma que deu algumas porções do salitre para o atual governador D. Fernando Antônio de Noronha (*Ofício ...*, AHU, DOC. 7597).

A atenção a esses produtos ocorreu também em outras partes do Ultramar. Em 1774 o governador do Mato Grosso informa a Martinho de Melo e Castro a existência de Cochonilha na capitania – ressaltando que o Melo e Castro fora conhecido por conduzir expedições caracterizadas por uma política de recolhas – (*Ofício ...*AHU, DOC. 1087). Anos antes, na Bahia os oficiais da Câmara solicitam ao rei a construção de vários alambiques no centro da cidade (*Requerimento ...*, AHU, DOC. 12262). No entanto, é a partir da Gestão de Coutinho que se percebe uma sistematização em torno dos produtos ultramarino.

O interesse por esses produtos corrobora para o momento que as capitanias vivenciavam sobre a administração de Coutinho na Secretaria da Marinha e Ultramar. No Maranhão, ao confirmar recebimento das Memórias, D. Fernando de Noronha informa que:

havendo porém nesta capitania os produtos fico trabalhando *em caracteriza-los segundo a Arte para se reconhecer com segurança a sua qualidade dirigindo ao mesmo tempo a sua cultura e preparo pelos preceitos apontados*, e obrigando-me a representar defeituosos os seus progressos a proporção que forem em aumento. (*Ofício ...*, AHU, DOC. 7886, grifo nosso).

D. Rodrigo se mantinha informado sobre as descobertas realizadas pelo mestre de campo e pelo governador Fernando de Noronha, o que talvez o tenha levado a enviar essas primeiras remessas de livros ligados diretamente aos produtos que foram encontrados. Aparentemente, as memórias eram lidas pelo governador para que tivesse conhecimento, não só do que era produzido, mas também como era produzido. Posteriormente, deveria relatar a D. Rodrigo os possíveis ou não progressos dos empreendimentos realizados na capitania.

As memórias enviadas foram publicadas para serem distribuídas a diferentes partes do império. No caso da *Memória sobre o modo de se fazer salitre e o seu extrato*⁴⁵ consegui poucas informações. Esse opúsculo, segundo Magnus Pereira (2014), deve ter tido baixa tiragem, pois num armário do Arco do Cego aparecem anotados apenas 75 exemplares, o que justifica até hoje não encontrarem nenhuma cópia. No entanto, a sua existência é comprovada pela lista de remessas de livros enviadas a diferentes partes das possessões. A *Memória sobre a cultura do Loureiro cinamomo* (**Imagem 04**) também é de autoria de Veloso, foi produzida por iniciativa de Francisco da Cunha Menezes, governador da capitania da Goa, “para

⁴⁵ Depois de pesquisar em diferentes acervos e bibliografia sobre o título, conclui que este é o mesmo opúsculo *Memória sobre a prática de se fazer salitre, de possível autoria de Frei Mariano Veloso* (PEREIRA, 2014).

acompanhar a remessa de plantas da mesma, que então se fez para o Brasil, teve agora a ilimitada honra de ser aprovada por V. Alteza Real, ordenando que se imprimisse, para de haver de espalhar pelos beneméritos cultivadores daquele país” (VELOSO, 1798a, p. [3]).

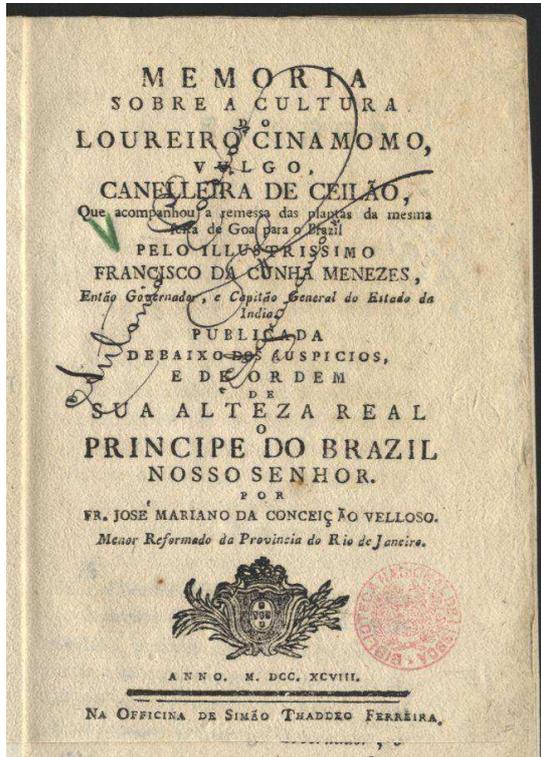


Imagem 4 - Memória sobre a plantação do loureiro cinamomo. Fonte: Veloso, 1798a.

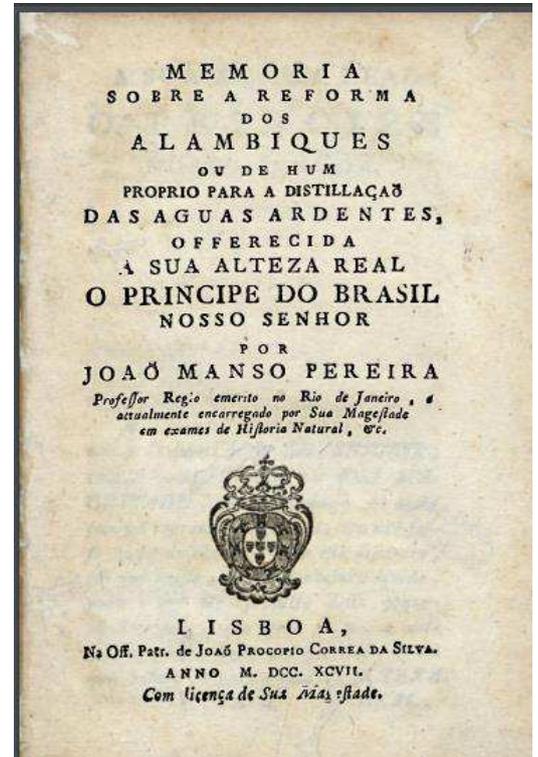


Imagem 5- Memória sobre a reforma de Alambiques. Fonte: Pereira, 1798.

A canela, ou loureiro, foi enviada para as colônias da América Portuguesa para que houvesse uma maior produção e comercialização do produto, que era altamente procurado na Europa para o uso, especialmente, nas manufaturas de tecidos. Além do uso comercial, Veloso afirma que a canela poderia ser usada domesticamente:

Para efetuar a sua cultura, não basta o interesse mercantil, acrescentar-se-á, que esse mesmo não o produz, se não pelas suas virtudes médicas, e alimentares. A caneleira (diz o doutor Buchos) com muita justa razão se pode chamar o Reis das Árvores. Todas as suas partes são úteis (VELOSO, 1798a, p. 7).

O folheto tinha instruções específicas de como plantar loureiro para que não crescesse com defeitos. Na página 12, Veloso escreve que “para ser boa, é preciso que a árvore não tenha mais que três anos, ou quatro anos”. O texto consistia, assim, num manual que os cultivadores deveriam seguir para poder superar os defeitos da natureza.

Sobre esse gênero, o governador D. Fernando de Noronha informa a D. Rodrigo que recebeu para plantar nas terras do Maranhão:

Pelo Capitão do Bergatim Europa, Luís Severiano da Veiga, recebi um caixote com quatro plantas de canela; cujas mandei logo transplantar e por hora dão toda a esperança que se pode desejar: eu mesmo pessoalmente lhe faço as minhas visitas e assisto o seu tratamento na certeza que essas úteis inocentes plantas me sejam mais gratas; do que alguns habitantes desta colônia (*Ofício ...*, AHU, DOC. 8023).

Já a *Memória sobre a reforma dos alambiques (Imagem 05)* é de autoria de João Manso Pereira, publicada em 1797. Esse autor, assim como Frei Mariano, era naturalista de Minas Gerais, nasceu por volta de 1750. As notícias bibliográficas sobre ele são escassas (FILGUEIRAS, 1992, p. 155). Na obra acima, Pereira apresentava as diversas técnicas sobre como obter uma aguardente de qualidade e com baixo custo. Na *memória sobre o modo de se preparar cochonilha* não encontrei informações sobre o autor, ano e oficina.

Essas memórias, como escreve D. Fernando ao se dirigir a D. Rodrigo, ajudariam não só a ele, como representante real, como também aos colonos na rentabilidade dos empreendimentos.

Em julho do mesmo ano, Noronha avisa a Sousa Coutinho que, em conformidade com o aviso de 2 de abril, está tomando as providências necessárias a fim de ajudar o coronel António Correia nas descobertas sobre o salitre, e que adiantou o dinheiro que o dito coronel precisava para as buscas do salitre (*Ofício ...*, AHU, DOC. 7977). As informações que foram encaminhadas pelo mestre de Campo, António Correa Furtado, sobre os locais onde havia abundância de salitre, talvez, tenha levado D. Rodrigo a enviar ao governo constantes solicitações ao governador sobre a temática. Atendendo aos interesses ministeriais, Noronha solicita a Sousa Coutinho que envie à capitania um *naturalista iluminado* para que escolha, assim, a melhor data do ano em que se pode efetuar o trabalho e instruir igualmente os operários, a fim aperfeiçoarem o produto adaptando a sua concorrência (*Ofício ...*, AHU, DOC. 7979).

A presença de um naturalista na capitania denotava uma maior eficácia na organização dos trabalhos que seriam supervisionados por esse agente que tinha formação na área, e poderia instruir às personas que se dedicavam ao ramo. Além disso, por ser um estudioso, poderia encontrar mais facilmente os produtos naturais.

O salitre era um produto de extrema importância para as coroas europeias, pois tinha se tornado o principal insumo para a produção da pólvora. Em decorrência, a conjuntura bélica da época, era necessário que a coroa portuguesa tivesse autossuficiência na produção desse produto. Uma das preocupações da coroa era resolver a dependência da exportação, por isso, faziam investimentos constantes em expedições que visavam encontrar salitre. Ao assumir o ministério da secretaria do Estado da Marinha e do Ultramar, D. Rodrigo enviou cartas régias

aos governadores de diversas capitanias, ordenando que fossem realizadas perquirições sobre jazidas de salitre.

Não se sabe se foi baseado nessa carta régia que o mestre de campo de Alcântara envia notícias sobre descoberta de salitre. Entretanto, em 1798, o governador, baseado nas ordens régias enviadas por D. Rodrigo, relata:

A devida execução das ordens régias respectivas a descobertas do salitre em que Vossa Excelência tem uma muito distinta parte e os consideráveis interesses, que os ingleses tirão de bengala a este respeito, produzirão sempre em mim maior estímulo para promover com eficácia este novo gênero de negociação; por cuja causa tenho feito examinar com vigilantes cuidado todos os terrenos próprios para este produto; assim nesta capitania como também na do Piauí: porém percorrendo formando-se comumente o salitre em lugares cobertos de substâncias vegetais e animais fomentados pelo ar, que consistindo no ácido volátil a sua essencial constituição este se dissolve a proporção que as chuvas são abundantes, o que acontece frequentes vezes neste país; e o observando finalmente as operações tendentes a purifica-lo e refina-lo sendo feitas mãos impuristas (?) e não expurgam do sal comum, o qual não sendo susceptível de inflamações humedeceu a pólvora e a faz perder grande parte de sua atividade, me parecia que Vossa Excelência propusessem a Sua Majestade a precisão de mandar nesta colônia um naturalista iluminado que escolhendo a melhor estação do ano de tempo que se podem efetuar este trabalho instruindo igualmente os operários a fim de aperfeiçoarem este artigo a adaptando-o para uma concorrências de vantagens (*Ofício ...*, AHU, DOC. 7839).

As ordens reais sobre a procura de salitre levam o governador a supervisionar as expedições no Maranhão, entretanto, devido às dificuldades na produção e falta de preparo dos “operários”, D. António de Noronha solicita duas vezes um “naturalista iluminado” a D. Rodrigo. O envio do naturalista, Vicente Dias Cabral, a capitania ocorre já na gestão de D. Diogo de Sousa, que será mostrado nas páginas seguintes.

No Maranhão, o governador fora intimado por D. Rodrigo a ajudar eficazmente as tentativas de busca, tomando várias medidas, seja através de viabilizar o patrocínio da expedição, ou dar instruções aos vassallos para que tivessem êxito em sua procura. Algumas expedições eram bem-sucedidas, como a do mestre de campo de Alcântara que consegue encontrar salitre em várias regiões da capitania do Maranhão e Piauí, lembrando que, ao informar para D. Rodrigo que em outras partes do Brasil havia salitre, era com a intensão de que o mesmo tomasse medidas (formações de novas expedições) para que fossem encontrados e que, conseqüentemente, beneficiariam os cofres do império. Ressalta-se que, ao informar a coroa novas descobertas o mestre de campo, também buscava se beneficiar das benesses reais.

Ao encontrar salitre na capitania, o governador e os responsáveis pelas expedições enviavam primeiramente ao centro administrativo do império amostras, para depois enviar as remessas da mercadoria:

Não tenho remetido até agora maior porção da terra salitrosa tanto da Ribeira do Iguará como do Itahim por não ser a estação pluvial própria para esta sorte de trabalho: agora que tem entrado no estio é que tenho lugar de cumprir com as ordens de Sua Majestade (?) que Vossa Excelência me dirige em aviso datado 3 de maio do corrente ano, segurando a sua remessa para o futuro comboio. (*Ofício ...*, AHU, DOC. 7991).

O Ministro do Ultramar interferia na circulação desses produtos naturais ou gêneros agrícolas, dinamizando a política administrativa da coroa nas diretrizes para desenvolver as potencialidades do ultramar que eram muitas, mas que precisavam de estruturas adequadas para a manutenção do projeto de Coutinho.

Além da remessa de impressos enviada em 2 de abril para a capitania, D. Fernando António de Noronha recebe novamente de D. Rodrigo outros impressos (Cultura e manipulação do açúcar e o primeiro tomo do Fazendeiro do Brasil) para serem postos à venda (*Ofício ...*, AHU, DOC. 8019). No entanto, parece que o livro *Fazendeiro do Brasil* não fora vendido. Ao enviar os produtos dos exemplares da *Cultura e Manipulação do Açúcar*, Noronha não menciona esse livro. A existência da vinda da obra nessa data é comprovada por outra correspondência enviada pelo seu sucessor, D. Diogo de Sousa, que faz referência ao livro e ao preço que deveria ser vendido (*Ofício ...*, AHU, D. 8242). A quantidade de exemplares do 1º tomo do *Fazendeiro do Brasil* não é mencionada, enquanto o da manipulação do açúcar é especificado no ofício de 26 de julho, 90 exemplares que foram todos distribuídos aos habitantes:

Fiz repartir por estes habitantes *os 90 exemplares* que a Vossa Excelência me remeteu sobre a *Cultura e Manipulação do Açúcar*, e remeto nesta ocasião *o seu produto em letra* ao Oficial maior João Felipe da Fonseca, na forma que Vossa Excelência me determinou em aviso de 3 de abril do presente ano (*Ofício ...*, AHU, DOC. 8019).

A última correspondência que Noronha envia a Sousa Coutinho referente à circulação dos saberes é datada de 23 de agosto de 1798. Nesse ofício refere-se ao envio de amostras de quina, folha de tabaco, salitre e casulos silvestres. A quina serviria para usos medicinais, conforme o relato o ofício.

O ano de 1798 fora significativo dentro da política da circulação dos saberes no Maranhão, pois simbolizava o início da chegada tênue das primeiras obras impressas enviadas por Sousa Coutinho, como mostra a **Tabela 01** a seguir.

LIVROS RECEBIDOS EM 1798				
Nº	Títulos	Autor	Oficina (editora)	Ano de Publicação
01.	Memória sobre a cultura do Loureiro cinamomo	José Mariano da Conceição Veloso	Simão Tadeu Ferreira	1798

02.	Memória sobre o modo de se fazer salitre e o seu extrato	José Mariano da Conceição Veloso (?)	[-]	1797(?)
03.	Memória sobre o modo de se preparar cochonilha	[-]	[-]	[-]
04.	Memória sobre a reforma dos alambiques	João Pereira Manso	João Procópio Correa da Silva	1797
05.	Cultura e Manipulação do Açúcar	[-]	[-]	[-]
06	Fazendeiro do Brasil I tomo	José Mariano da Conceição Veloso	Régia Oficina Tipográfica	1798

Tabela 01- Livros Recebidos em 1798

Fonte: AHU- Projeto Resgate – docs. 7886, 8019 e 8242

Legenda: [-] *Não encontrado*

No ano seguinte, em 1799, o governador, D. Fernando, deixa o cargo. A historiografia maranhense tem poucos escritos sobre Noronha, Mário Meireles afirma que Noronha fora qualificado como néscio, estúpido e pedante, sendo um dos governadores mais imbecis que teve o Maranhão (MEIRELES, 2001). Entretanto, não quero entrar nessa discussão sobre o mérito ou demérito de Noronha. Como fora mostrado acima ao assumir o governo em 1792, sob a administração de Martinho Melo e Castro, e depois na gestão de Coutinho mostrou-se solícito aos empreendimentos articulados por Coutinho, o que era próprio da época, pois a corroboração com o rei significava garantia de regalias. A sua saída da administração do governo talvez esteja relacionada aos constantes desentendimentos com alguns habitantes. Ao pesquisar sobre os impressos, observei vários ofícios onde Fernando de Noronha pede para ser afastado do cargo por motivos de doença, no entanto, não é atendido, vindo a sair da administração da capitania somente no final de 1798.

O novo governador D. Diogo de Sousa, diferentemente de Noronha, é caracterizado com "um perfil acadêmico característico dos homens escolhidos por Coutinho para ocuparem cargos no ultramar" (GALVES, 2013, p. 4). D. Diogo era formado em Filosofia e Matemática pela Universidade de Coimbra. Ao ser nomeado para governador, segundo Meireles, passa a ser "aguardado com ansiosa expectativa, na esperança de que afinal, estivesse sendo a terra confiada outra vez a um dirigente que a fizesse retornar aquele regime, austeridade, paz e progresso" (MEIRELES, 1979, p. 17). Assim, a personagem de D. Diogo será uma figura íngreme na circulação de impressos que envolviam o governo e a capitania do Maranhão⁴⁶.

⁴⁶ Para entender o papel de D. Diogo de Sousa nas políticas desenvolvidas (exploração da fauna, flora, minerais e fomento à pesquisa e ensinos científicos) por D. Rodrigo de Sousa Coutinho ver: Costa Júnior, 2016.

Nos anos decorrentes a sua nomeação, D. Diogo de Sousa irá desempenhar papel importante dentro da capitania não só em relação aos livros, mas nas questões econômicas e políticas. Durante os anos 1799 a 180, troca cerca de 16 correspondências com D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sob as temáticas de impressos, além de outras relacionadas à ampliação dos saberes. Sobre os títulos recebidos em 1799 temos:

LIVROS RECEBIDOS EM 1799				
Nº	Títulos	Autor	Oficina (editora)	Ano de Publicação
01.	Mercúrio Britânico	[-]	[-]	[-]
02.	Memória sobre a plantação dos Algodões	José de Sá Betencourt	Simão Tadeu Ferreira	1798
03.	Fazendeiro do Brasil II tomo	José Mariano da Conceição Veloso	Simão Tadeu Ferreira	1798
04.	Construção e análise de proposições geométricas e experiências práticas que servem de fundamento a Arquitetura Naval	Antônio Pires da Silva Pontes	João Procópio Correa da Silva	1798
05.	Mercúrio Britânico nº 3 ao 13	[-]	[-]	[-]
06.	Curso d'Estudos para uso do Comercio	José Maria Dantas Ferreira	Régia Oficina Tipográfica	1798
07.	Fazendeiro do Brasil I ⁴⁷	José Mariano da Conceição Veloso	Régia Oficina Tipográfica	1978
08.	Memória sobre a caneleira	[-]	Régia Oficina Tipográfica	1797
09.	Memórias e extratos sobre a pipereira negra	José Mariano da Conceição Veloso	João Procópio Correa da Silva	
10.	Memoria sobre a cultura do Loureiro Cinamono vulgo Canelleira do Ceilão	Francisco da Cunha Menezes e José Mariano da Conceição Veloso (co-autor)	João Procópio Correa da Silva	1798
11.	Memória sobre o Método econômico de transportar para Portugal a aguardente do Brasil	João Manso Pereira	Simão Tadeu Ferreira	1798
12.	Extrato acerca do método de se fazer nitrato de potassa ou salitre	Jean Antoine Chaptal	João Procópio Correa da Silva	1798
13.	Instrução sobre a combustão dos Vegetais	Louis Nicolas Vauquelin e Trusson	Simão Tadeu Ferreira	1798

⁴⁷ O tomo 1 vieram duas versões: 1 com estampas e outro com estampas iluminadas.

14.	Alographia dos Alkalís fixos Vegetal ou Potassa, Mineral ou Soda e dos seus nitratos, segundo as melhores memorias estrangeiras, que se tem escrito a este assumpto ⁴⁸	José Mariano da Conceição Veloso	Simão Tadeu Ferreira	1798
15.	De rebus Rusticis Brasilicis Carminum	José Mariano da Conceição Veloso	João Procópio Correa da Silva	1798

Tabela 02- Livros Recebidos em 1799

Fonte: AHU- Projeto Resgate – docs. 8242, 8259, 8386, 8490 e 8698

Legenda: [-] Não encontrado

Em 1799 D. Diogo informa que pusera à venda “na casa do Correio desta cidade” 80 exemplares do *Mercúrio Britânico*, sendo vendido a 300 réis o exemplar, conforme as informações contidas na correspondência expedida pelo próprio secretário. Nota-se, ainda, que na mesma remessa chegaram 25 exemplares da Memória sobre a *Plantação dos Algodões* a serem vendidos a 120 réis, de autoria de José de Sá Betencourt. E 90 exemplares do segundo tomo de *O Fazendeiro do Brasil*, custando o valor de 1.000 réis cada unidade (*Ofício ...*, AHU, DOC. 8242).

Esse último livro, *O Fazendeiro do Brasil*, como escrito na introdução deste trabalho é de autoria de Frei Mariano da Conceição Veloso, que mesmo antes de assumir a direção do Arco do Cego publicou o primeiro tomo dessa obra que foi editada em 11 volumes. O primeiro tomo fora publicado em 1798. Veloso passou vários anos pesquisando sobre “memorias estrangeiras” que “fossem convenientes ao Estabelecimentos do Brasil, para o melhoramento da sua economia rural, e das fábricas que dela dependem” com o intuito “de sair do atraso, e atonia em que atualmente estão, e se pudessem ao nível, com as Nações nossas vizinhas, e rivais no mesmo continente, assim na quantidade, como na qualidade dos seus gêneros e produções” (VELOSO, 1798b).

O primeiro tomo publicado tratava sobre a cultura da cana-de-açúcar e seu fabrico, que foram retirados do livro de Brian Edward, sobre a Jamaica; do American Hufbrandy; dos artigos das Canas de Miler, e de outros textos, “concernentes ao mesmo objeto, de novas variedades de Canas, vindas de Malabar, Otaheiti, e Batávia, introduzidas ultimamente nas Ilhas Francesas, e Inglesas, cuja introdução seria de suma utilidade nas Províncias do Brasil”. O I tomo fora publicado em duas versões: um com estampas e outros com estampas iluminadas.

⁴⁸ Vieram duas versões dessa obra: uma com estampa iluminada e outra com estampas em preto.

Novamente, em 1799, faz referências de outras remessas de livros que vieram para São Luís. O governador acusa o recebimento de novos exemplares do *Mercúrio* e mais 10 do *Curso de estudos para o uso do comércio*, a serem vendidos por 1\$200 réis cada exemplar.

Além das vendas de impressos, o governador também tinha, pelo que parece, a responsabilidade de fazer leituras prévias dos livros que entravam para serem postos à venda na Casa do Correio:

Ainda que a *presa li a tradução da Obra sobre a Arquitetura Naval*, a qual Vossa Excelência remeteu em Carta de 10 de dezembro do ano passado a meu Antecessor pelo Correio Marítimo: Achei a muito científica; mas parece-me que aposição das Letras, mesmo algumas de succões da figura. 2.º precisão correção (*Ofício ...*, AHU, D. 8259).

O livro *Arquitetura Naval* é uma tradução do inglês, George Atwood, feita por António Pires da Silva Pontes e fora publicado em 1798, na Oficina de João Procópio Correa da Silva. Na correspondência, D. Diogo mostra que o livro fora enviado a D. Fernando de Noronha para leitura, no entanto, devido à sua saída, coube a ele fazer a leitura e parecer sobre a obra. O governador afirma que a obra era muito científica e que precisa de correção, tanto nas letras como na figura dois. Como se sabe, posteriormente, essa obra fora enviada para São Luís e a outras capitânicas. Ao afirmar que a obra era muito científica e apontar os erros, D. Diogo estava demonstrando aos tipógrafos que o livro precisava de adaptações para que circulasse dentro das províncias, visto que uma obra de caráter científico não seria entendida por muitos vassallos, somente por aqueles que eram letrados. E se a intenção do governo era difundir conhecimento, precisava-se fazer ajustes.

Em 10 de julho de 1800, fazendo alusão aos livros enviados em 1799, D. Diogo informa:

Fico entregue dos Livros mencionados nas relações inclusas em os Avisos de V.Ex.^a, datados a 25 de Novembro, e 23 de Dezembro de 1799, os quares mandarei vender pelos presos carregados nas mesmas relações, *depois de serem lidos*, como V.Ex.^a *determina*; e logo que se efetuar a venda deles, se remeterá a sua importância ao Oficial-Maior da Secretaria do Estado João Felipe da Fonseca, na forma Ordenada pelos sobreditos Avisos, e pelo de 29 de Janeiro do corrente ano (*Ofício ...*, AHU, DOC. 8689).

A prática de leitura, antes da venda dos impressos, era comum, até como uma forma do governador intermediar a conexão entre o impressor e o leitor. Ao informar que antes de serem vendidos os livros foram todos lidos, e no caso do livro *Arquitetura Naval* que pede correções, mostra as imbricações que o governador desempenhava dentro do circuito impressor e leitor.

O ano de 1799 é marcado por significativas mudanças na cidade de São Luís, desde a chegada do novo governador à inserção da política de difusão dos saberes. E nesse mesmo ano “é possível apontar como o momento em que a Casa do Correio passa a funcionar como local de vendas de livros”, que possibilitava a venda de mais impressos. Em Portugal, como escrito em linhas acima, nesse mesmo ano, a Casa do Arco do Cego começou também a funcionar. O responsável por dirigir a Casa, Frei Mariano, passa a enviar remessas de livros a São Luís para serem postos à venda na dita casa do correio. A convergência entre livros, venda e criação de um espaço que centraliza o comércio de livros leva-nos a pensar na difusão do conhecimento. Que levaria não só os habitantes a leitura, mas aplicar os novos conhecimentos.

No ano de 1800, o governador, D. Diogo de Sousa, continua a receber livros. Mapeamos os seguintes títulos:

LIVROS RECEBIDOS EM 1800				
Nº	Títulos	Autor	Oficina (editora)	Ano de Publicação
01.	Considerações cândidas e imparciais sobre a natureza do comércio do açúcar	António Carlos Ribeiro Machado de Andrade e Silva	Oficina da casa literária José Feliciano Fernandes Pinheiro do Arco do Cego	1800
02.	História Nova e completa da América	José Feliciano Fernandes Pinheiro	Oficina da casa literária do Arco do Cego	1800
03.	Memoria sobre a cultura, e produtos da cana de açúcar	José Caetano Gomes	Oficina da casa literária do Arco do Cego	1800
04.	Cultura Americana	José Feliciano Fernandes Pinheiro	António Rodrigues Galhardo	1799
05.	A ciência das sombras relativas ao desenho	Dupain de Montesson,	João Procópio Correa da Silva	1799
06.	Construção, e análise de proposições geométricas e experiencias práticas que servem de fundamento a Arquitetura Naval	Antônio Pires da Silva Pontes	João Procópio Correa da Silva	1798
07.	Cálculo das pensões Vitalícias	Cyran Saint (traduzida para Português por José Mariano Dantas Pereira)	Régia Oficina Tipográfica	1797
08.	Memória sobre a cultura dos algodoeiros	Manuel Arruda da Câmara	Oficina da casa literária do Arco do Cego	1799

09.	Gumas ⁴⁹	[-]	[-]	1799
10	Arte de fazer a cola forte	Henri Louis Duhamel Monceau	Oficina da casa literária do Arco do Cego	1799
11.	Manual do Mineralógico	[-]	[-]	1799
12.	Cartas de massos	[-]	[-]	[-]
13.	Naturalista Instruído	Frei Mariano da Conceição Veloso	Oficina da casa literária do Arco do Cego	1800
14.	Helminologia portuguesa	Jaque Barbut	João Procópio Correa da Silva	1799
15.	Memória sobre os prejuízos causados pelas sepulturas dos cadáveres nos templos e método de os prevenir	Vicente Coelho de Seabra da Silva Teles	Oficina da casa literária do Arco do Cego	1800
16.	Instrução sobre a combustão dos vegetais	Louis Nicolas Vauquelin e Trusson	Simão Tadeu Ferreira	1798
17.	Extrato acerca do método de se fazer nitrato de potassa ou salitre	Jean Antoine Chaptal	João Procópio Correa da Silva	1798
18.	Fazendeiro do Brasil tomo I, parte II	Frei Mariano da Conceição Veloso	Simão Tadeu Ferreira	1799

Tabela 03- Livros Recebidos em 1800

Fonte: AHU- Projeto Resgate – docs. 8803 e 8850

Legenda: [-] *Não encontrado*

Dos livros acima, somente um título não veio com a intensão de ser colocado à venda, conforme o ofício de 10 de dezembro:

Fiz repartir os *quatro exemplares* da Instrução sobre a cultura das Batatas por igual número de pessoas, que me parecem *mais aplicadas à Agricultura*, como V.Ex.^a me determinou em o seu Aviso de 17 de Julho do corrente ano, que acompanhou os ditos exemplares (*Ofício ...*, AHU, DOC. 8832).

Nota-se que o governador selecionou as pessoas que deveriam ficar com essa obra. O que mostra os privilégios que alguns habitantes da província tinham em detrimento de outros. E que, ao invés de comprar, poderiam se beneficiar das repartições de certos textos.

Os títulos enviados entre 1798 a 1800, como mostram as tabelas acima, foram em sua maioria publicados a partir de 1798, com exceção: Memória sobre o modo de se fazer salitre

⁴⁹ Duas versões, uma iluminada e outra preta.

e o seu extrato, Memória sobre a reforma dos alambiques e Memórias e extratos sobre a pipereira negra, Cálculo das pensões Vitalícias (todos publicados em 1797) reforçando a atualidade dos impressos e o anseio para que circulassem (GALVES, 2014). Nota-se que somente em 1800 os livros produzidos no Arco do Cego foram enviados para a capitania. Isso se deve ao fato de que a oficina, embora começasse a funcionar em 1799, publicou nesse ano poucos títulos, vindo somente a ter a exclusividade das impressões em 1800, mais de 12 meses de funcionamento (DOMINGOS, 1999).

A partir dos títulos e da quantificação apresentada na documentação dos impressos, fiz o seguinte **Gráfico 02** sobre a quantidade de títulos recebidos entre os anos de 1798 a 1800, e ressalto que alguns números são aproximados, e não a quantificação exata, visto que em vários ofícios temos o nome, mas não temos a quantidade de impressos que vieram. Assim temos:

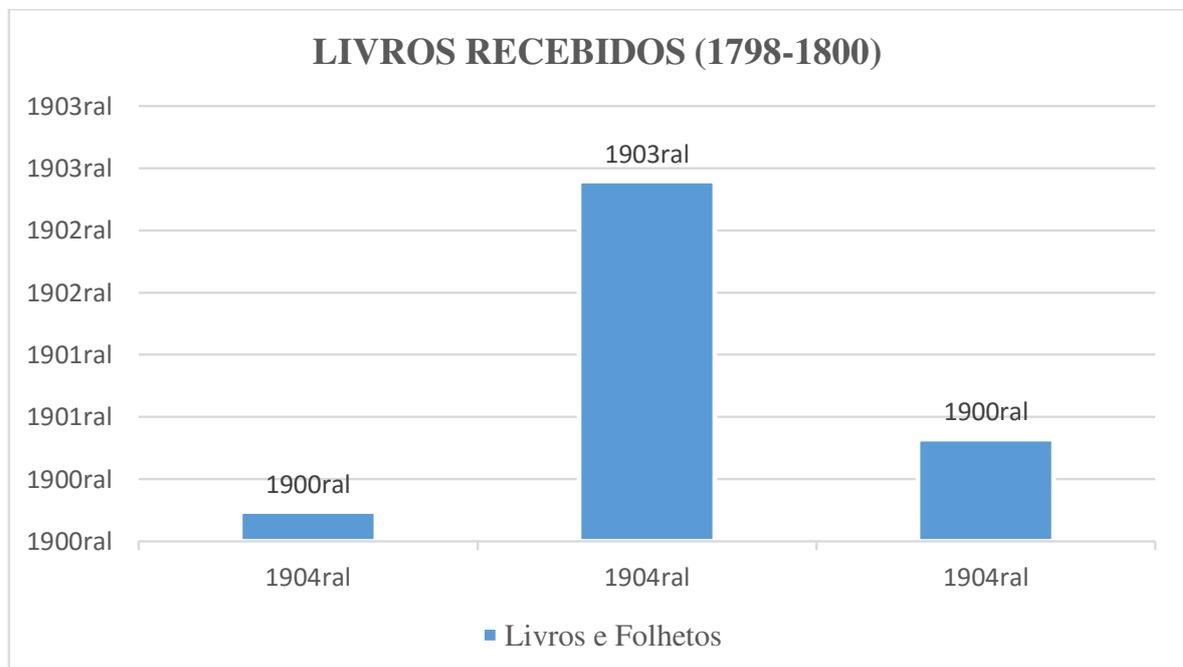


Gráfico 2 – Arquivo Ultramarino: documentos dos anos de 1798 – 1800. Fonte: Autor.

Através dos dados levantados, percebemos que no ano em que se iniciou a comercialização dos impressos a quantidade de livros que foram recebidos foi bem irrisória. Em parte deve-se a sistematização da prática de comercialização de impressos no centro real, que ainda não estava centralizado, pois a Tipografia do Arco do Cego, que centralizou todo o funcionamento referente aos circuitos de livros, ainda não tinha sido instalada. Por outro lado, mostra que aos poucos o Ministro estava inserindo as capitanias em seus projetos. Os primeiros livros eram uma demonstração do que viria posteriormente.

Em 1799 o aumento fora exorbitante, se compararmos a quantidade livros enviados por esse ano com o anterior; em termos numéricos temos 1158 exemplares que abrangem livros e folhetos que corresponde a 73% do total de livros enviados ao Maranhão por Coutinho, enquanto em 1798 corresponde somente 6% desse total.

No ano de 1800 o recebimento de livros decaiu, representando 21%, que talvez seja fruto da quantidade de livros vendidos no ano anterior. Dos 1582 títulos vindos para o Maranhão, fora constatado pela documentação que aproximadamente 132 títulos foram vendidos, uma quantidade muito ínfima pela quantidade de enviados. Dos 1158 impressos que vieram em 1799, cerca de 42 foram vendidos, isso, porventura, tenha levado a diminuição de envios de livros nos próximos anos⁵⁰. Além disso, leva-se em conta o fim do funcionamento da Casa Literária do Arco do Cego.

Ainda não sabemos o que levou a uma venda ínfima desses impressos, no entanto, no limite deste trabalho, levo em consideração os títulos e a quantidade de leitores. Nesse período havia poucas pessoas na capitania que tinham acesso à leitura e instrução. Sobre os títulos percebe-se que, em sua maioria, era de predomínio para os saberes ligados à agricultura, que estão entre os livros mais vendidos.

4.2 Memórias: “Plantação dos Algodões, e a cultura dos algodoeiros”

Das obras que circularam no Maranhão destaco duas: a “*Memória sobre a plantação dos Algodões*”, de autoria de José de Sá Betencourt; “*Memória sobre a cultura dos algodoeiros*”, de Manuel Arruda Câmara. Os destaques a esses livros devem-se ao fato do “Algodão” ser um dos principais produtos exportados nesse período e, de certo modo, os habitantes já terem uma familiaridade com esse produto na capitania.

A preponderância de envio de livros coadunados à agricultura caracterizava o momento em que não só o Maranhão, mas toda a América presenciava. A agricultura era à base da economia do Império Português. Coutinho acreditava que “a Agricultura deve ainda por muitos séculos ser-lhes mais proveitosa do que as artes, que devem animar-se na metrópole, para segurar e estreitar o comum nexos, já que a estreiteza do terreno lhe nega as vantagens da agricultura.” (FUNCHAL, 1908 p. 50). A metrópole, por não ter um extenso território, deveria valer-se de seus domínios ultramarinos que, além de ter uma grande extensão territorial, tinha quase todas as condições para desenvolver, visto que faltavam técnicas apropriadas para elevar

⁵⁰ Para um melhor detalhamento sobre a contabilidade da venda de livros em São Luís ver: Galves, 2014.

tanto a produção como a qualidade do produto. Nesse sentido, para equiparar a produção com outras nações rivais, usou-se como método, como afirmado anteriormente, o reconhecimento e a potencialização dos produtos coloniais através dos textos impressos.

O papel preponderante da agricultura nesse período me faz tentar correlacionar os textos impressos que circulavam pelas capitanias com os produtos.

No Maranhão, a cultura do algodão foi responsável por grandes acumulações de capital que propiciou um desenvolvimento, principalmente a partir de 1771, como afirma Gaioso no seu livro “*Compêndio Histórico-Político dos princípios da lavoura no Maranhão*”.

Os primeiros passos em prol de um desenvolvimento econômico partiram com a fundação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, criada em 1755, originária de proposta da Câmara de São Luís, em 1752. A companhia introduziu novas técnicas agrícolas e créditos aos fazendeiros que impulsionaram a agricultura e, principalmente, o algodão (BARBOSA, 2005). Na época, o algodão era a matéria-prima essencial na indústria têxtil inglesa.

O crescimento da produção do algodão no território colonial, a partir de 1750, é marcado tanto pelas novas técnicas aplicadas na capitania como também pelo fato das treze colônias inglesas, a principal exportadora do produto para as indústrias têxteis da Inglaterra, tonarem-se independentes, o que contribuiu para o aumento, não sendo o fato preponderante. Antes mesmo da independência das treze colônias, no caso do Maranhão, já se tinha um aumento significativo, por exemplo, entre os anos de 1760 a 1771, o envio de exportações em São Luís aumentou consideravelmente (GAIOSO, 1813). Em virtude do crescimento não só na Capitania do Maranhão, como também outras partes dos domínios ultramarinos, em 1780, o algodão tornou-se o segundo produto mais exportado, perdendo só para o açúcar, que era o principal produto exportado (ZAROSKI, 2015).

O aumento da produção do Algodão, porém, não perdurou muito, pois com o fim da Companhia do Grão-Pará Maranhão, bem como outros fatores (queda de fertilidade do solo, rotação de cultura em três e três anos, queda de mão de obra) que envolviam o plantio, fez com que ocorresse uma diminuição na exportação dos produtos, mas que a partir das políticas encabeçadas por Coutinho poderiam volta a crescer, contribuindo para essa ideia talvez tenha levado Meireles a escrever que D. Diogo de Sousa, homem do circuito ilustrado, era tão aguardado na capitania para levar as capitanias a novos momentos de prosperidade.

No entanto, o crescimento da produção de algodão no período da administração do reinado Mariano, no Maranhão, já apontava aumento:

Exportação/Ano	1771	1783	1810
Arrobas de Algodão	4.055	16.451	285.863

Tabela 2 – Arrobas de arroz⁵¹ e algodão exportadas pelo Maranhão (1771-1810). Fonte: Galves, 2013.

Ressaltando que no interregno entre esses anos houve um aumento e queda da exportação. Em 1792, o governador envia à Secretaria do Estado informações sobre o aumento da produção de algodão e outros gêneros (*Ofício ...*, AHU, DOC. 6775). Todavia, no próximo ano, a produção apresenta declínio nas produções agrícolas (*Ofício ...*, AHU, DOC. 6926), além do aumento do imposto do algodão.

Na gestão de Coutinho o algodão estava entre os gêneros que receberam atenção por parte do governo. O interesse por esse artigo não era recente, e sim desde o período em que residiu em Turim na Corte de Saldanha (ZAROSKI, 2015).

No período em que geriu o Ministério do Ultramar, trocou correspondências com os governadores da capitania sobre os diversos meios de potencializar o desenvolvimento, assim, em 1799, além dos impressos que circulavam, encontro solicitações do governo do Maranhão pedindo a D. Rodrigo que autorizasse a construção de vários estabelecimentos, entre os quais a construção da casa de inspeção do algodão (*Ofício ...*, AHU, DOC. 8311).

Posteriormente, ratificando o ofício do governador, o inspetor juiz da balança do algodão, Luís António e Araújo, pede caridosamente a Sousa Coutinho que havia uma grande necessidade de construir uma casa do algodão, pois os armazéns não eram mais suficientes para guardarem as sacas da cidade de São Luís:

Nesta Inspeção foi lida e ponderada a Carta de Vossa Excelência que nos dirige na data de 4 de outubro do ano passado que acompanhou [...] de outra carta que foi enviada a Mesa de inspeção de Algodão de Pernambuco. Sobre o conteúdo nos ditos ofícios fica esta Inspeção inteirada, para continuar a ater todo o cuidado na observância, e execução das Reais Ordens, que Vossa Excelência tanto recomenda, seu desejo muito executa-las, como cumprir com as obrigações do meu dever. *Resta-me expor a Vossa excelência e precisão que há de se fazer aqui a beira do Mar uma Casa de Inspeção com os Armazéns insuficientes para neles se recolherem e guardarem todas as sacas de algodão que vem para esta cidade, as quais se acham expostas ao tempo, a chuva e aos continuados furtos, que experimentas os seus donos pela falta de que há de um armazéns; resultando aqui os prejuízos dos Reais Direitos das partes que lembrando de que pagão o devido imposto de Vossa Excelência por arroba, gritão e pedem prontas providencias: tendo esta postonção [?] tão justa; julgo merecerá a Vossa Excelência todo cuidado e atenção* (*Ofício ...*, AHU, DOC. 8325).

As iniciativas tanto do governador local como do inspetor juiz da balança do algodão corrobora para o dinamismo entre a chegada dos impressos, venda, circulação entre os

⁵¹ Os dados sobre a exportação do arroz não foram inseridos neste trabalho.

habitantes e surgimentos de empreendimentos que ajudassem a economia da capitania. Também destaco que a criação de uma casa de inspeção do algodão, pelo fato de os armazéns não comportarem a quantidade de sacas, dá indícios de um crescimento no setor, que levará aos dados apresentados por Gaioso, que em 1810 a capitania exportava 285.863 arrobas.

As *Memórias, sobre a plantação dos Algodões (Imagem 06)* e *sobre a cultura dos algodoeiros (Imagem 07)* estavam inseridas dentro do momento que a economia algodoeira o Maranhão presenciava.

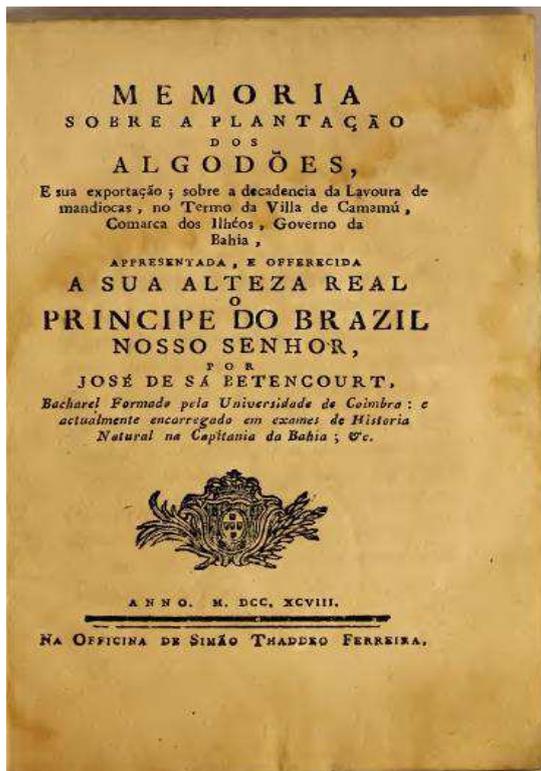


Imagem 6 - *Memória sobre a plantação dos Algodões*. Fonte: Betencourt, 1798.

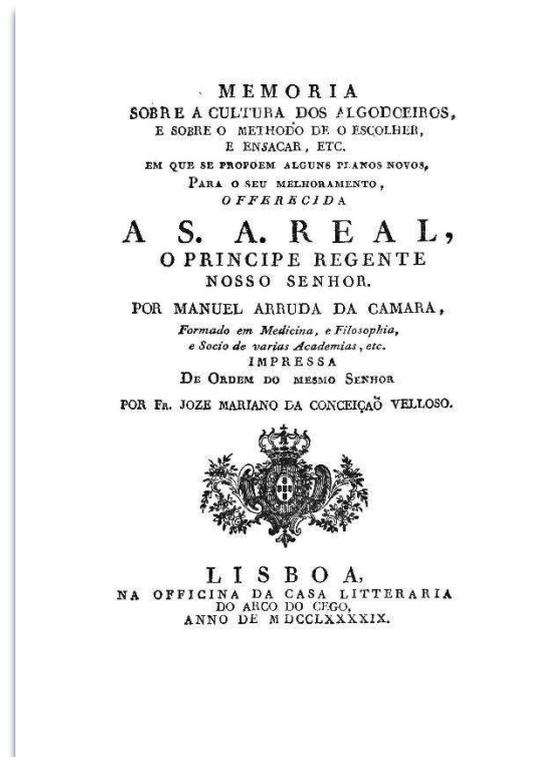


Imagem 7 - *Memória sobre a cultura de Algodoeiros*. Fonte: Câmara, 1799.

O primeiro texto fora publicado em 1798, na oficina de Simão Tadeu Ferreira, e o segundo em 1799 na Oficina da Casa Literária do Arco do Cego.

A *Plantação de Algodões* era um estudo de caso das plantações de algodão e sua exportação na Vila de Camamú, na Bahia, devido “a lavouras dos algodões” ser “um dos maiores ramos” do “comércio para a felicidade da Nação” (BETENCOURT, 1798, p. [2]). O autor faz uma descrição minuciosa sobre os modos, o local, as condições climáticas e a necessidade do terreno fértil para a plantação de algodões.

O texto é composto pela introdução e, podemos dizer assim, um tópico. Tem cerca de 37 páginas e na parte final encontra-se um cálculo analítico sobre o rendimento do algodão do Maranhão e uma imagem.

Na primeira parte do texto o autor faz uma discussão sobre a agricultura realizada na Europa e nas possessões da América Portuguesa:

A mesma diferença, que observamos nos países da Europa em relação aos de beira mar do Brasil, se observa nestes a respeito dos do sertão, ou terra dentro, onde são as estações mais regulares, e as chuvas vem em tempos determinados, e constantes, o que faz, com que a lavoura seja igual, e sempre certo o tempo da plantação. (BETENCOURT, 1798, p. 9).

Agricultura era a base da felicidade dos povos e da Riqueza do Estado, pois, além da comercialização servia como base de sustentação do império.

Betencourt escreve, nessa primeira parte também, sobre os diferentes tipos de algodões:

O algodão da Índia de caroço dividido, coberto de um pelo branco bem semelhante aos caroços, ou semelhantes do algodão da Pérsia, de que já falei: a sua lã é de um branco fino muito doce, que produz um fio forte, capaz para obras mais delicadas, como cassas de sopro, etc”. (BETENCOURT, 1798, p. 25).

Os algodões mais resistentes eram de caroços pardo, verde e preto. Destaca além disso, a importância do clima para o cultivo que deveria ser feito em terreno de “caatingas grossas” por ser mais próprio para a plantação.

No tópico “Descrições das diferentes espécies que temos no Brasil” apresenta as características de cinco espécies de algodões plantados nas possessões.

O algodão do Maranhão de caroço inteiro e comprido que era “bastante abundante em lã, que cobre nove até dez sementes unidas em um só corpo, a que chamam caroço inteiro, a qual tem de comprimento polegada e meia” e “não ramifica como as outras”. O “tronco é grosso bastante, brota muitas vergontes, sem que faça maior ramificação” podendo servir para diferentes usos. (BETENCOURT, 1798, p. 29). O algodão de caroço inteiro de lã parda da cor de ganga tinha características parecida com o do Maranhão.

Já o algodão de caroço pardo e inteiro tinha a maçã mais grossa, porém não tão comprida. A lã produzida era doce e muito clara sendo muito resistente chegando a durar muitos anos. O de caroço verde apresentava semelhanças com o de caroço pardo, se diferenciando apenas pela cor. E por último descreve o Algodão da Índia que possui uma maçã pequena com quatro válvulas. Além, dos citados acima discorre sobre outras duas espécies.

Por se tratar de um estudo de caso e o local onde foi plantado o algodão apresentar semelhanças com a região do Maranhão os habitantes poderiam colocar em práticas os ensinamentos de Betencourt.

Já a *Memória sobre a Cultura dos algodoeiros* é resultado das pesquisas e observações feitas por Manuel Arruda da Câmara. É mais detalhado do que o texto de Betencourt contendo 10 capítulos e imagens ilustrativas (de autoria do próprio Câmara). A composição da Memória em capítulos não apenas organizava o texto, como visava facilitar a compreensão do leitor. Descreve minuciosamente cada processo que envolve a cultura dos algodoeiros dotando o leitor sobre o melhor método de cultivar os algodoeiros

Arruda da Câmara frequentou os cursos de Matemática e Filosofia da Universidade de Coimbra entre os anos de 1786 a 1788, depois seguiu para a França, formando-se em medicina na Faculdade de Montpellier, em 1790. Tinha uma relação amistosa com Frei Mariano da Conceição Veloso, que resultou na publicação da “Cultura dos Algodoeiros” (CRUZ, 2004). Financiado pela coroa para realizar observações sobre os produtos naturais e as vantagens que cada um possuíam, encabeçou um estudo que derivou no livro na “cultura dos algodoeiros”⁵²:

Embaraçarão porem o meu projeto as grandes secas, que nessa época assolarão toda esta Capitania, e me determinarão a reparar toda a perda, que tinha experimentado a minha casa, por numa grande plantação do Algodão, que estabeleci nas margens do Rio Paraíba do Norte, a que assisti constante. Eu me apliquei então cuidadosamente a fazer todas as observações, de que era capaz, segundo as luzes, ainda que tênues, que eu tinha adquirido, *para que meus patrícios tivessem alguma cousa, que lhes fosse própria, e não mendigassem de livros estranhos, que são raros, as noções que necessitavam* (CÂMARA, 1799 p. [4]).

Nessa obra refere-se aos usos antigos dos algodões, às variedades, aos métodos de plantio e cultivo, ao tipo de solo e clima, bem como a todo processo que envolvia os descaroçar e ensacamento para que produzissem um algodão com abundância e qualidade. Uma de suas invenções fora a criação do descaroçador que dinamizava o processo da produção. As técnicas agrícolas desenvolvidas por Arruda potencializavam a exploração da cultura do algodão.

No seu texto Arruda da Câmara dá ênfase às experimentações científicas que são fruto do meio que vivenciava, demonstrando a influência que os ideais iluministas exerciam naquele período. A própria intensão de Câmara ao publicar o livro “para que meus patrícios tivessem alguma cousa, que lhes fosse própria, e não mendigassem de livros estranhos, que são raros, as noções que necessitavam” (CÂMARA, 1799 p. [4]) aponta para a conexão do projeto

⁵² Para mais informações sobre a cultura dos algodoeiros ver: Prestes, 2000.

de Coutinho, de levar textos que atendesse os interesses dos colonos potencializando a exploração da agricultura e o aumento em escala da produção.

Por certo é que essa circulação de livros coadunava com as atividades agrícolas na capitania do Maranhão. O fim da tipografia do Arco do Cego e, posteriormente, a saída de Sousa Coutinho do governo leva ao fim dessa circulação de impressos que tinha como base desenvolver as potencialidades das capitanias.

5 CONCLUSÃO

A política desenvolvida por Portugal entre o reinado de D. José I e, posteriormente, com a sua filha D. Maria I e seu neto D. João apresentam traços de uma sociedade portuguesa que aos poucos redirecionava as políticas, que até então tinha como base os ideais jurídicas-teológicos, a novas proposições baseadas nas luzes. No entanto, os ares iluminados tiveram suas limitações, pois, como apresentado neste trabalho, a política desenvolvida tanto no reinado de D. José como de D. Maria I era dúbia, refletindo claramente a estreita relação que o governo teve durante séculos com os dogmas religiosos. Ao mesmo tempo que se trabalha com a possibilidade de desenvolver o reino a partir dos ideais ilustrados, criam-se mecanismos de manutenção de certas doutrinas cristãs, mesmo que estes não estivessem sob a jurisdição do clero, como fora o período da administração pombalina.

Percebe-se, assim, que em Portugal a singularidade da ilustração expressava-se no valor sincrético com os dogmas cristãos. O rei dosou os dois aspectos de forma que pesassem no controle do reino e seus vassallos.

Essa forma de governar possibilitou que surgisse uma administração específica baseada entre o iluminismo e a fé. Esse dinamismo dentro do reino cria um ambiente propício para que os livros de caráter científico patrocinado pela coroa circulassem dentro do centro e das extensões ultramarinas. Esses trabalhos, baseados na ideia de potencializar o desenvolvimento do reino a partir dos textos impressos junto com ações governativas proporcionaram a inúmeros vassallos, talvez, acessar um livro de forma mais rápida considerando que pelos outros meios havia uma política de censura que limitava o fluxo de livros, no entanto, destaco que mesmo esses livros que vieram, no caso para o Maranhão, também não eram acessados por todos, visto que nem todos tinham condições financeiras para adquiri-los ou sabiam ler.

Também observei que D. Rodrigo de Sousa Coutinho, influenciado pelo bafejo ilustrado, possibilitou que o projeto português de difusão dos saberes, principalmente através da Calcografia do Arco do Cego, publicasse não apenas traduções de livros das nações estrangeiras, como também de autores lusos e luso-brasileiros. Dos livros publicados no Arco do Cego não encontrei nenhum de autoria “maranhense”. No entanto, como mostram as documentações pesquisadas neste trabalho, a não presença de autores não deixava a capitania do Maranhão fora do circuito ilustrado. A presença de mais ou menos 1582 impressos enviados pelo governo à capitania do Maranhão aponta não só para “o grande projeto formulado por

Coutinho”, como o Maranhão ser no período umas das capitanias centrais nesse processo de circulação, devido à sua crescente demanda em exportar certos produtos à Metrópole, principalmente o algodão.

O envio de livros para o Maranhão, por intermédio de autoridades régias, aponta para uma integração da capitania aos ditames do Reformismo Ilustrado, maior do que o suposto pela historiografia maranhense até alguns anos. Alguns dos títulos enviados apontam para outra articulação, mais específica, entre os impressos enviados e a economia local. As *Memórias sobre a cultura do Loureiro cinamomo, sobre a cultura do Loureiro Cinamono vulgo Canelleira do Ceilão, sobre o modo de se fazer salitre e o seu extrato, sobre o modo de se preparar cochonilha e Extrato acerca do método de se fazer nitrato de potassa ou salitre* enviadas para a capitania tratava-se de gêneros que tinham um alto valor no mercado europeu, e os habitantes tinham como apontado acima pouco conhecimentos. O cultivo do cânhamo e outras fibras vegetais interessavam para o desenvolvimento da manufatura de cordoaria, que seria usado para a Marinha da guerra e mercante (SANTOS; FIORI; CAMPOS, 2014). Já o salitre serviria para a produção da pólvora que era muito requisitado nesse período pelo momento de tensão de uma possível guerra entre os reinos europeus.

Os envios desses títulos proporcionariam para que os súditos pudessem aprimorar as suas técnicas e o lucro. Algumas vezes, a coroa enviava funcionários régios, especializado em áreas específicas para ensinar os colonos e fazer novas investigações sobre a produção de determinados produtos.

Os escritos relacionados ao algodão – *Memória sobre a plantação dos Algodões e Memória sobre a cultura de Algodoeiros* – eram indicados, não apenas por ser já conhecido pela população, mas também por ser um dos principais produtos exportados da capitania para Portugal (GAIOSO, 1970). A importância desses produtos dentro do Maranhão, talvez tenha levado a coroa a enviar esses títulos, que carregavam consigo novidades: novos métodos de se plantar, colher e até mesmo indicava os fertilizantes necessários para cada tipo de solo.

Enfim, a política de desenvolvida por Coutinho de difundir conhecimentos práticos que ampliassem a exploração de produtos coloniais para que se tornassem mais eficaz no caso do Maranhão, podemos de forma bem incipiente apontar para uma articulação – rede de conhecimentos – que trouxe para a economia local meios de aprimorar as potencialidades agrícolas, que embora não surtiu efeito de imediato aos poucos traz mudanças na economia local.

REFERÊNCIAS

1. DOCUMENTOS MANUSCRITOS

Arquivo Histórico Ultramarino

OFÍCIO do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro sobre a existência de Cochonilha ou Grão do Paraíso na capitania.

AHU-MATO GROSSO, cx. 16, doc. 31

AHU_CU_010, Cx. 17, D. 1087

OFÍCIO do governador e capitão-general do Estado do Pará, Maranhão e Rio Negro, Manuel Bernardo de Melo e Castro, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a doação da livraria do Colégio de Nossa Senhora da Luz, da cidade de São Luís, ao bispo do Maranhão, D. fr. António de São José.

AHU_CU_009, Cx. 40, D. 3940

OFÍCIO do governador da capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, dando notícia do cumprimento da lei de 2 de Abril de 1778, relativa a obras impressas introduzidas no Brasil.

AHU_CU_009, Cx. 43, D. 4271

OFÍCIO do ouvidor Manuel António Leitão Bandeira para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, tecendo considerações sobre o libelo intitulado "Diálogo".

AHU_CU_009, Cx. 68, D. 5929

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, José Teles da Silva, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, a informar o início da obra da comunicação da ilha de São Luís do Maranhão com o continente, e sobre a produção de anil, cânhamo e cochonilha.

AHU_CU_009, Cx. 63, D. 5645

OFÍCIO do mestre-de-campo do Terço da vila de Alcântara, António Correia Furtado de Mendonça, para Luís Pinto de Sousa Coutinho, sobre as suas descobertas de cochonilha, cânhamo silvestre e, recentemente, de salitre.

Anexo: 1 conhecimento.

AHU_CU_009, Cx. 92, D. 7597

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Fernando António de Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a informar o cumprimento das ordens referentes à descoberta de salitre.

Anexo: 2ª via e 1 relação de amostra de salitre.

AHU_CU_009, Cx. 95, D. 7839

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Fernando António de Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a

informar o recebimento das memórias sobre o loureiro linamomo, o modo de se fazer salitre e o seu extracto, de se preparar a cochonilha e sobre a reforma dos alambiques.

Anexo: 2ª via.

AHU_CU_009, Cx. 97, D. 7886

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Fernando António de Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as ajudas a dar ao coronel António Correia, pelas tentativas de descobrir salitre.

Anexo: 2ª via.

AHU_CU_009, Cx. 98, D. 7977

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Fernando António de Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o aperfeiçoamento da técnica de extrair salitre nas capitánias do Maranhão e Piauí.

Anexo: 2ª via.

AHU_CU_009, Cx. 98, D. 7979

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí. D. Fernando António de Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre não ter sido enviado salitre da ribeira do Iguara e do Itaím.

AHU_CU_009, Cx. 98, D. 7991

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Fernando António de Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre se ter repartido entre os habitantes noventa exemplares sobre a cultura e manipulação do açúcar, enviados de Lisboa.

Anexo: 1 doc. e 2ª via.

AHU_CU_009, Cx. 99, D. 8019

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Fernando António de Noronha para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a experiência de plantar canela no Maranhão.

Anexo: 2ª via.

AHU_CU_009, Cx. 99, D. 8023

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a informar a venda de exemplares do Mercúrio Britânico, de memórias sobre a plantação dos algodões e do segundo tomo da obra "Fazendeiro do Brasil".

Anexo: 2ª via.

AHU_CU_009, Cx. 102, D. 8242

OFÍCIO do governador D. Diogo de Sousa para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, dando o seu parecer sobre a obra "Arquitectura Naval".

Anexo: 2ª via.

AHU_CU_009, Cx. 102, D. 8259

OFÍCIO do governador do Maranhão, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a recepção de correspondência vária

e diversos números do “Mercúrio Britânico”. Refere que não recebeu vários ofícios, solicitando o reenvio de novas ordens de Lisboa.

Anexo: 2ª via.

AHU_CU_009, Cx. 105, D. 8386

OFÍCIO (3ª via) do governador e capitão-general do Maranhão, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, remetendo a conta corrente relativa aos impressos vendidos.

Anexo: 1 conta corrente.

AHU_CU_009, Cx. 111, D. 8698

OFÍCIO de Manuel António Leitão Bandeira para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Souto Maior, relatando algumas reflexões histórico-filosóficas acerca das monarquias. Relembra que ainda não foi ouvido na sua causa.

AHU_CU_009, Cx. 130, D. 9673

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão, António de Saldanha da Gama, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Souto Maior, sobre a chegada à capitania de um livro intitulado "Alegação Jurídica", que trata da organização dos bispados localizados ao Sul do Cabo Bojador. Comenta ainda a cobrança dos dízimos pela Coroa.

Anexo: 2ª via e 1 cópia de 1 parágrafo de 1 ofício.

AHU_CU_009, Cx. 139, D. 10163

REQUERIMENTO dos oficiais da Câmara da cidade da Bahia ao rei [D. José] solicitando repetir a ordem dada ao governador e capitão-general da capitania da Bahia para que dê parecer sobre a construção de vários alambiques de destilar aguardentes da terra no centro da mesma cidade.

AHU-Baía, cx. 166, doc. 62.

AHU_ACL_CU_005, Cx. 161, D. 12262.

Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM)

Ofício comunicando ter dado providências para que não circule nesta capitania exemplar ou folheto antes do governo ter conhecimento do seu conteúdo e também exerce vigilância sobre os indivíduos que entram nesta capitania.

São Luís, Maranhão 14 de junho de 1813 Fl 13-13V.

Livro nº 15 (1795-1818)

Ofício ao Senhor Conde da Barca informando sobre o aviso de 14 de novembro do ano passado, expedido pela Secretaria de Estado nos Negócios do Brasil em que Sua Majestade ordenou o recolhimento dos exemplares do folheto intitulado “O preto o Búzio do Mato”, o qual não tinha entrado nesta capitania, mas ficaria em observação para cumprir a referida ordem. São Luís 1817 Fl 76V

Livro nº 19.

2. BIBLIOGRAFIA

2.1 Obras de referência

BLUTEAU, D. Raphael. **Vocabulário português e latino**. São Paulo: Brasiliense digital, USP.

2.2. Livros, Teses e Artigos

ALCÂNTARA, MA: conjunto arquitetônico e urbanístico. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN**. [201-]. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1237. Acesso em: 15 out. 2016.

ALVES, Gilberto Luiz. **Azeredo Coutinho**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

BARBOSA, Francisco Benedito da Costa. Contribuições da economia algodoeira e cafeeira ao desenvolvimento do Maranhão e de São Paulo. **Agric. São Paulo**, São Paulo, v. 52, n. 2, p. 17-27, jul./dez. 2005.

BASÍLIO, Romário Sampaio. **Impressos e mercadores ao mar: Luzes e sombras entre Portugal e o Maranhão (1768 - 1826)**. Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2014.

_____. **“Burocratas Ilustrados” no Império Luso-brasileiro: ensaios de uma sociologia histórica da biografia**. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em História Moderna e dos Descobrimentos na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova Lisboa. Lisboa: 2016.

BETENCOURT, José de Sá. **Memória sobre a plantação dos Algodões**. Coimbra: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1798.

BINETTI, Saffo Testoni. Iluminismo. In: **Dicionário de Política**. vol. 1. BOBBIO, Noberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1 ed., 1998.

BONAZZI, Tiziano. Despotismo. In: **Dicionário de Política** vol. 1. BOBBIO, Noberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1 ed., 1998.

BRAGANÇA, Aníbal. Arco do Cego e Impressão Régia (Lisboa e Rio de Janeiro): sobre rupturas e continuidades na implantação da imprensa no Brasil. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Natal, RN – 2 a 6 de setembro de 2008.

CÂMARA, Manuel Arruda da. **Memória sobre a cultura de Algodoeiros**. Lisboa: Oficina da Casa Literária do Arco do Cego, 1799.

CASTRO, produção e circulação de livros no Brasil: dos jesuítas (1550) aos militares (1970). **Periodicos.ufsc**. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/1518-2924.2005v10n20p92/305>. Acesso em: 15 maio 2017.

CARDOZO, Marlon Bruno Barros. Práticas Jesuíticas no Maranhão Colonial. **webartigos**. 2010. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/praticas-educacionais-jesuisticas-no-maranhao-colonial/131961>>. Acesso em: 15 maio 2017.

CARVALHO, Debora Cristina Alexandre Bastos e Monteiro de. **D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho**: um diplomata português na Corte de Londres (1807-1810). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: editora UNESP, 2004.

_____. “Escutar os mortos com os olhos”. **Estudos avançados**. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n69/v24n69a02.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2017.

CRUZ, Ana Lúcia Barbalho da. **Verdades por mim vistas e observadas, Oxalá foram fábulas sonhadas**: cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-etnográfica. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

COSTA JÚNIOR, Flávio Pereira. **Um Maranhão ilustrado?: história e natureza na correspondência entre D. Rodrigo de Sousa Coutinho e D. Diogo de Sousa (1798-1801)**. 2016. 100 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

COUTINHO, José Joaquim da Cunha Azeredo. **Alegação Jurídica, na qual se mostra que são do Padroado da Coroa e não da Ordem Militar do Cristo as Igrejas, dignidades e benefícios dos Bispados do Cabo do Bojador para o Sul, em que se compreendem os Bispados da Cabo Verde, S. Thomé, Angola, Brasil, Índia até China**. Lisboa: Oficina de Antônio Rodrigues Galhardo, 1804.

COUTINHO, Dionísio Miguel Leitão. **Refutação da Alegação Jurídica em que o Excelentíssimo e Reverendíssimo D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, Bispo de Pernambuco, Eleito de Bragança e Miranda, pretendeu [sic] mostrar ser do Padroado da Coroa, e não da Ordem Militar de Cristo, as Igrejas, Dignidades, e Benefícios dos Bispados do Cabo de Bojador para o Sul, em que se compreendem os Bispados de Cabo-Verde, S. Thomé, Angola, Brasil, Índia até à China : oferecida a Sua Alteza Real o Príncipe Regente de Portugal**. Lisboa: Impressão Régia, 1806.

CUNHA, Lúcia Fernandes da. A Oficina Tipográfica, Calcográfica e Literária do Arco do Cego. In: **O acervo iconográfico da Biblioteca Nacional / estudos de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha**. Santos, Renata; Ribeiro, Marcos Venício; Lyra, Lourdes Vianna (org.). Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

CURTO, Diogo Ramada. D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes, CURTO, Diogo Ramada (Org.). **A casa literária do Arco do Cego (1799-1801) – Bicentenário “Sem Livros não há instrução”**. Lisboa Imprensa Nacional – Casa da Moeda: Biblioteca Nacional, 1999, p. 15-49.

DARNTON, Robert. **O Beijo de Lamourette**. São Paulo: Companhias das letras, 1990.

DENIPOTI, Cláudio; PEREIRA, Magnus. Sobre Livros e dedicatórias: D. João e a casa literária do Arco do Cego (1799-1801). **História Unisimos**, Vol. 17 nº 3 - setembro/dezembro de 2013.

DENEPOTI, Cláudio. Comércio e circulação de livros entre França e Portugal na virada do século XVIII para o XIX ou Quando os ingleses atiraram livros ao mar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 28, nº 56, p. 431-448 – 2008.

DOMINGOS, Manuela D. Mecenato Político e Economia da Edição nas Oficinas do Arco do Cego. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes, CURTO, Diogo Ramada (Org.). **A casa literária do Arco do Cego (1799-1801) – Bicentenário “Sem Livros não há instrução”**. Lisboa Imprensa Nacional – Casa da Moeda: Biblioteca Nacional, 1999 p. 91-106.

FARIA, M. F. Da facilidade e da ornamentação: a imagem nas edições do Arco do Cego. In: Campos, F. M. G. (Org.), **A Casa Literária do Arco do Cego: Bicentenário**. Lisboa: Biblioteca Nacional e Imprensa Nacional, Casa da Moeda. 1999 p. 107-137.

FALCON, F. J. C. **A Época Pombalina. Política econômica e monarquia ilustrada**. São Paulo, Ática. 1982.

FILGUEIRAS, Carlos A. L. João Manso Pereira, químico empírico do Brasil colonial. **Química Nova**, São Paulo, 16 (2): 155-160, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FRAGOSO, João. Modelos explicativos da chamada economia colonial e a ideia de Monarquia Pluricontinental: notas de um ensaio. **História**, São Paulo, v.31, n.2, p. 106-145, jul/dez 2012.

FRANCO, José Eduardo. A reforma pombalina da Universidade Portuguesa no quadro da reforma anti-jesuítica da Educação. In: **Compendio Histórico da Universidade de Coimbra**. 2011.

FRANCO, Sandra Aparecida Pires. Reformas Pombalinas e o Iluminismo em Portugal. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**. Outubro/Novembro/ Dezembro de 2007 Vol. 4 Ano IV nº 4, ISSN: 1807-6971. Disponível em: < www.revistafenix.pro.br >. Acesso em: 23 jun. 2017.

FUNCHAL, Marquez. O Conde de Linhares: D. Rodrigo Domingos António de Sousa Coutinho. Lisboa: Tipografia Bayard: 1908.

GALVES, Marcelo Cheche. **Cultura letrada na virada para os oitocentos: livros à venda em São Luís do Maranhão**, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1363981392_ARQUIVO_ANPUH-MARCELOGALVES.pdf

_____. SABERES IMPRESSOS, CORRESPONDÊNCIAS E EXPEDIÇÕES CIENTÍFICAS: a capitania do Maranhão e o Reformismo Ilustrado na virada para o Oitocentos. **Outros Tempos**, vol. 11, n.18, 2014 p. 119-136.

GALVES, Marcelo Cheche; BASÍLIO, Romário Sampaio. SABERES EM CIRCULAÇÃO NA AMÉRICA PORTUGUESA: os estudantes maranhenses na Universidade de Coimbra (1778-1823). *CLIO – REVISTA DE PESQUISA HISTÓRICA* – nº 32.1, 2014, p. 156-175.

GAMA, José de Saldanha da. **Biografia e apreciação dos trabalhos do botânico Frei José Mariano da Conceição Veloso**. Rio de Janeiro: tip. de Pinheiro e C. 1869.

GAIOSO, Raimundo José de Sousa. **Compêndio Histórico-Político dos Princípios da Lavoura no Maranhão**. Rio de Janeiro; Livros de mundo inteiro: coleção São Luís, 1970.

GOUVÊA, Maria de Fátima S. Trajetórias administrativas e redes governativas no Império Português. (1668-1698) In: **VI Jornada Setecentista; Conferências & Comunicações**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2006.

HERMANN, Jaqueline. O rei da América: notas sobre a aclamação tardia de d. João VI no Brasil. **Topoi**, v. 8, n. 15, jul.-dez. 2007, p. 124-158.

HESPANHA, Antônio Manuel. Centro e periferia nas estruturais administrativas do antigo regime. **Ler História**, Lisboa, 8, 1986.

KURY, Lorelai B. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *História, Ciências, Saúde (Rio de Janeiro)*. vol. 11 (suplemento 1), 2004, p. 109-129.

_____. O naturalista Veloso. **rev. hist.** (São Paulo), n. 172, p. 243-277, jan.-jun., 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2015.98752>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

LAGO, Antônio Bernardino Pereira do. **Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

LAGOS, Manuel Ferreira. “Elogio histórico do padre mestre Frei José Mariano da Conceição Vellozo”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 2(5): 40-51. 1858. Suplemento

LEME, Margarida Ortigão Ramos Paes. Um breve editorial: Do Arco do Cego à Impressão Régia. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes, CURTO, Diogo Ramada (Org.). **A casa literária do Arco do Cego (1799-1801) – Bicentenário “Sem Livros não há instrução”**. Lisboa Imprensa Nacional – Casa da Moeda: Biblioteca Nacional, 1999, p. 77-90.

LIMA, Américo Pires de. **Uma figura nacional: conde de Linhares**. Porto: 1954.

LYRA, Maria de Lourdes. **A Utopia do poderoso império: Portugal e Brasil: bastidores da política, 1778-1822**. Rio de Janeiro: Sette Letra, 1994.

MACIEL, Lizete; SHIGUNOV, Alexandre. A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. *Educ. Pesqui.* vol. 32 no.3. São Paulo Sept./Dec. 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022006000300003>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

MARTINS, Oliveira. **História de Portugal**. Lisboa: Viúva Bertrand, 1882.

MATTOSO, José. **História de Portugal: Antigo Regime (1620-1807)**. Lisboa: ed Estampa, 1998.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MEIRELES, Mário Martins. (1960). **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001 (Coleção Maranhão Sempre).

_____. **Dom Diogo de Sousa, Governador e Capitão-General do Maranhão e Piauí (1798-1804)**. São Luís: SIOGE, 1979.

MOURA, Carlos Eugenio Marcondes de. **Vida Cotidiana de São Paulo no século XIX**. 1 ed. São Paulo: UNESP, 1999.

NEVES, Jaciara do Carmo. **“Por lei, não por decreto”**: discussões sobre a administração da Justiça no Estado do Maranhão e Grão-Pará (século XVII). 2017.

NEVES, Luiz Felipe Baeta. As livrarias jesuíticas no período colonial. **Forum educ.**, Rio de Janeiro, 13 (1-2)46-55, 1º/2º trim. fev./maio 1989.

NOVAIS, Fernando Antônio, “O Reformismo Ilustrado luso-brasileiro: Alguns Aspectos”. **RBH**, n. 7, São Paulo, março de 1994, pp. 105-117.

_____. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. 9º ed. São Paulo: Hucitec, 2011.

OLIVEIRA, Natália Cristina de et al. **Marques de Pombal e a expulsão dos jesuítas: uma leitura do iluminismo português no século XVIII**. Universidade de Maringá. 2013. Disponível em: <<http://www.histedbr.fe.unicamp>>. Acesso em: jun. 2017.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Educação das massas: uma sombra no Século das Luzes. In: **Tópicos em história da educação: Brasil 500 anos**. VIDAL, D.; HILSDORF, M. L. S. (Org.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

PAIM, Antônio. A Corte no Brasil. D. Rodrigo de Sousa Coutinho. **Revista Estudos Filosóficos** nº 3 /2009 – versão eletrônica – ISSN 2177-2967 Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos>>. DFIME – UFSJ - São João del-Rei-MG Pág. 266 – 269, 2009.

PEREIRA, João Manso. **Memória sobre a reforma dos alambiques**. Lisboa: João Procópio Correa da Silva, 1797.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. D. Rodrigo e frei Mariano: A política portuguesa de produção de salitre na virada do século XVIII para o XIX. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 498-526, jul./dez. 2014.

PRESTES, Maria Alice Brzezinski. **A investigação da natureza do Brasil Colônia**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2000.

REVEL, Judith. **Michael Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

SANTOS, Daniella Miranda; CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. **Memória e história: a atuação educacional do bispo Azeredo Coutinho e o seu “apagamento” na história da educação**. 2012. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/4/artigo_simposio_4_903_daniellamirandaadv@gmail.com.pdf. Acesso em: 18 jun. 2017.

SANTOS, Nívia Pombo Cirne dos. Um turista na Corte do Piemonte dom Rodrigo de Souza Coutinho e o Iluminismo italiano e francês (1778-1790). **varia.história**. Belo Horizonte, vol. 25, n.º.41. p. 213-225.,jan/jun.2009.

_____. **O Palácio de Que luz e o mundo Ultramarino: circuitos ilustrados (Portugal, Brasil e Angola, (1796-1803)**. Tese apresentada ao programa de pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2013.

SANTOS, Nivaldo, Germano. **Discórdias da Monarquia: os poderes régio e episcopal do Estado do Maranhão, 1677-1750**. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2014.

SANTOS, Christian Fausto Moraes dos; CAMPOS, Rafael Dias da Silva; FIORI, Marlon Marcel. A Calcografia do Arco do Cego e a disseminação dos saberes no Império Português no final do século XVII e início do XIX. **Confluenze** vol 6, n.1, 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. A Ideologia do Colonialismo. In: **Azeredo Coutinho: um economista colonial**. Vozes, Petrópolis, 1984.

SORIANO, Simão José da Luz. **História da Guerra Civil e do estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal**. Lisboa: Imprensa Nacional. 1876.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A Longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa a Independência do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCHWARTZ, Stuart. **Sociedade e Burocracia no Brasil Colonial: a corte da Bahia e os juízes (1609-1751)**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

VELOSO, Mariano da Conceição. **Memória sobre a plantação do loureiro cinamomo**. Lisboa: Simão Tadeu Ferreira, 1798a.

_____. **Fazendeiro do Brasil tomo I**. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1798b.

VILLALTA, Luiz Carlos. **Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: usos do livro na América Portuguesa**. Tese defendida no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999.

ZAROSKI, Pamella Sue. **Tecendo conexões ultramarinas: a participação de Hipólito da Costa nos planos econômicos de Dom Rodrigo de Souza Coutinho (1798 – 1800)**. Dissertação de

Mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2015.

WEGNER Robert. Livros do Cego no Brasil Colonial. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**. vol.11 suppl.1 Rio de Janeiro 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702004000400007>>. Acesso em: 20 out. 2016.

WEHLING, Arno. Absolutismo e Regalismo: a alegação jurídica do Bispo Azeredo Coutinho. **RIHGB**, Rio de Janeiro. a. 169 (439): 255-274, abr./jul. 2008.